

RECUPERAR
PORTUGAL

Relatório Semestral

Junho 2024



Funded by the
European Union
NextGenerationEU



Ficha Técnica

Título: Relatório Semestral junho 2024

Edição: 1ª edição, 2024

Propriedade: Estrutura de Missão Recuperar Portugal

Relatório elaborado pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal, ao abrigo da alínea e) do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021 relativo ao modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência.

Lista de siglas, acrónimos e abreviaturas

A.M. – Área Metropolitana

AAE – Áreas de Acolhimento Empresarial

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

BD – Beneficiários Diretos

BEI – Banco Europeu de Investimento

BF – Beneficiários Finais

BI – Beneficiários Intermediários

BPF – Banco Português de Fomento, S.A.

C&T – Ciência e Tecnologia

CAC – Comissão de Auditoria e Controlo

CCA – Comissão de Coordenação das Agendas

CCDR A – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

CCDR Alg – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

CCDR Centro – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CCDR LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CCDR Norte – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CE – Comissão Europeia

CNA – Comissão Nacional de Acompanhamento

DIH – Digital Innovations Hubs

EMRP – Estrutura de Missão Recuperar Portugal

ENAAC – Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020

ESCI – Equipa Segregada de Controlo Interno

FA – Fundo Ambiental

FBCP - Formação Bruta de Capital Fixo

FEEL – Fundos Europeus Estruturais de Investimento

FEI – Fundo Europeu de Investimento

I&D – Investigação e Desenvolvimento

I&D&I – Investigação, Desenvolvimento e Inovação

I&I – Investigação e Inovação

IDE – Ambiente de desenvolvimento integrado
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.
IGF - AA – Inspeção Geral de Finanças – Autoridade de Auditoria
IHPC – Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor
MRR – Mecanismo de Recuperação e Resiliência
MV – Mecanismo de Verificação
OPF – Organizações de Produtores Florestais
PACRP – Plano de Ações de Controlo da «Recuperar Portugal»
PD – Pedido de Desembolso
PIB – Produto Interno Bruto
PP – Pedido de Pagamento
PME – Pequenas e Médias Empresas
PNEC – Plano Nacional de Energia e Clima
PRR – Plano de Recuperação e Resiliência
RAA – Região Autónoma dos Açores
RAM – Região Autónoma da Madeira
RPFGC – Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível
SCI – Sistema de Controlo Interno
SGCI – Sistema de Gestão e Controlo Interno
SGIFR – Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais
SNS – Sistema Nacional de Saúde
TCE – Tribunal de Contas Europeu
TdC – Tribunal de Contas
UE – União Europeia
VL – Verificação no Local

Glossário

Beneficiário Direto (BD) – Entidade pública responsável pela implementação e execução física e financeira de uma reforma e ou de um investimento inscrito no PRR, e que lhe permite beneficiar de financiamento.

Beneficiário Final (BF) – Entidade selecionada por um Beneficiário Intermediário responsável pela execução física e financeira de um projeto, beneficiando de um financiamento do PRR diretamente enquanto «Beneficiário Direto», ou através do apoio de um «Beneficiário Intermediário».

Beneficiário Híbrido – Entidade pública que, para um mesmo investimento, em função dos diferentes projetos envolvidos, desempenha o papel de «Beneficiário Direto» e de «Beneficiário Intermediário».

Beneficiário Intermediário (BI) – Entidade pública globalmente responsável pela implementação física e financeira de um investimento inscrito no PRR, mas cuja execução é assegurada por entidades terceiras por si selecionadas.

Dimensões estruturantes – Três conjuntos de componentes, cada uma das quais incluindo uma ou mais medidas (reformas e investimentos), que respondem às prioridades do PRR: Resiliência, Transição Climática e Transição Digital.

Investimento – Medida do PRR à qual é associado um montante específico de financiamento através de subvenção ou empréstimo.

Marcos e Metas – Medida do progresso no sentido da realização de uma reforma ou de um investimento, sendo os marcos realizações qualitativas e as metas realizações quantitativas.

Reforma – Medida estrutural do PRR, de natureza política ou estratégica, cuja implementação é assegurada pela área governativa responsável, à qual, em regra, não é associado um montante específico de financiamento através de subvenção ou empréstimo.

Subinvestimento – Parte de um investimento, objeto de contratualização com um BD / BI específico e distinto dos BD / BI responsáveis pelo(s) outro(s) subinvestimento(s) que integra(m) esse investimento.

Valor em trânsito em BI – Diferença entre o valor transferido para BIs e o valor pago por estes a BFs.

CONTEÚDOS

- 1 NOTA INTRODUTÓRIA
- 2 SUMÁRIO EXECUTIVO
- 3 O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA
- 4 SÍNTESE DA IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA
- 5 BALANÇO DE MARCOS E METAS
- 6 SÍNTESE DA IMPLEMENTAÇÃO POR DIMENSÃO ESTRUTURANTE
- 7 SÍNTESE DA IMPLEMENTAÇÃO POR COMPONENTE

ANEXOS

ANEXO I. LISTAGEM DE PROJETOS APROVADOS A BENEFICIÁRIOS DIRETOS

ANEXO II. LISTAGEM DE PROJETOS APROVADOS A BENEFICIÁRIOS FINAIS

Índice de figuras

[Figura 1: Cronologia de implementação do PRR](#)

[Figura 2: Evolução da Implementação Financeira até ao 1º semestre de 2024](#)

[Figura 3: Implementação Financeira por Dimensão Estruturante a 30.06.2024 \(milhões de euros\)](#)

[Figura 4: Implementação Financeira por Componente a 30.06.2024 \(milhões de euros\)](#)

[Figura 5: Cronograma de Pedidos de Pagamento e Desembolsos](#)

[Figura 6: Fluxos de Tesouraria do PRR a 30.06.2024](#)

[Figura 7: Cumprimento Global de Marcos e Metas a 30.06.2024](#)

[Figura 8: Cumprimento de Marcos e Metas, por dimensão a 30.06.2024](#)

[Figura 9: Distribuição por componente dos Marcos e Metas a 30.06.2024](#)

Índice de tabelas

Tabela 1: Implementação Financeira por tipologia de Beneficiário a 30.06.2024

Tabela 2: Implementação Financeira por região NUTS III e per capita, a 30.06.2024

RECUPERAR
PORTUGAL

1

Nota Introdutória

1. Nota Introdutória

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) é um programa de âmbito nacional, com um período de execução até 2026, que vai implementar um conjunto de reformas e investimentos. A aplicação do plano pretende acelerar a convergência com a União Europeia e garantir uma economia mais verde, mais digital, mais resiliente e competitiva, uma sociedade menos desigual, com mais e melhor emprego.

O PRR é hoje distinto daquele que fora concebido e aprovado em 2021. Inicialmente desenhado para impulsionar o caminho da recuperação e retoma do crescimento económico de Portugal, no seguimento da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, este plano necessitou de uma atualização e reprogramação face à mudança de conjuntura marcada pelos efeitos decorrentes da agressão militar da Rússia à Ucrânia, que gerou grandes desafios no mercado da energia da UE, grandes disrupções nas cadeias internacionais de abastecimento, constrangimentos no acesso a matérias-primas e um aumento generalizado e globalizado da taxa de inflação.

A atualização e reprogramação do PRR em 2023 mantém o alinhamento com objetivos estratégicos nacionais e europeus, reforçando a sua ambição e procurando garantir a maximização dos seus efeitos neste novo contexto. As opções inscritas nesta atualização consolidam a visão do PRR enquanto instrumento da transformação estrutural do País, com a aceleração da alteração do perfil de especialização da economia portuguesa, com o robustecimento do Estado Social e com a resposta aos desafios das transições climática e digital.

O PRR também é essencial para a execução do Plano REPowerEU, ao apoiar a ambição de Portugal em termos de independência energética e transição climática, no novo contexto geopolítico e do mercado energético. A fim de garantir esta execução, foi criada uma nova componente (REPowerEU) aquando da reprogramação do PRR, que assume um impulso adicional para a transição verde em Portugal, através de 6 reformas e 16 investimentos.

O PRR em 2023 passou a dispor de uma dotação de 22,2 mil milhões de euros (face a 16,6 mil milhões), traduzindo-se num reforço de 33%, para concretizar 44 reformas e 123 investimentos.

O presente relatório descreve o estado de progresso da execução e implementação financeira do PRR, dando conta das realizações das reformas e dos investimentos.

O modelo de governação do PRR, publicado pelo Decreto-lei n.º 29-B/2021, estabelece que a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) é a entidade responsável pela coordenação técnica, gestão e monitorização da execução e da concretização dos objetivos operacionais do PRR português, competindo-lhe, entre outras, a obrigação de:

- Negociar e monitorizar a execução do PRR, assegurando o cumprimento das obrigações e requisitos previstos no Regulamento (UE) 2021/241;
- Acompanhar a execução das reformas e investimentos do PRR, assegurando a consecução dos seus objetivos estratégicos e promovendo a monitorização e a concretização dos objetivos operacionais através de marcos e de metas, contratualizando com os respetivos Beneficiários os correspondentes apoios e condições;
- Fornecer apoio técnico às equipas das áreas governativas coordenadoras e entidades executoras das reformas e investimentos do PRR, disponibilizando orientações técnicas que assegurem a sua execução mais eficaz e eficiente;

1. Nota Introdutória

- Preparar e submeter à Comissão Europeia os pedidos de desembolso dos financiamentos do PRR, recolhendo, junto das entidades competentes, as informações necessárias;
- Dar cumprimento às obrigações de reporte à Comissão Europeia fixadas no Regulamento (UE) 2021/241;
- Implementar um sistema de gestão e controlo interno, suportado em modelos adequados de monitorização e informação, que previna e detete irregularidades e permita a adoção das medidas corretivas oportunas e adequadas.

Em cumprimento com o disposto na alínea e), do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, a EMRP elaborou o presente relatório de Monitorização que, entre outros contempla:

- O panorama geral do progresso alcançado, quer ao nível dos Marcos e Metas, quer em termos de realização das reformas e dos investimentos;
- A caracterização, em cada uma das componentes do PRR, das suas realizações a 30 de junho de 2024;
- O ponto de situação dos pedidos de desembolso à CE;
- A listagem das operações aprovadas aos destinatários finais dos fundos PRR: Beneficiários Diretos e Finais.

2

Sumário Executivo

2. Sumário Executivo

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) representa uma oportunidade estratégica para Portugal, traçando um caminho para a retoma do crescimento económico sustentável e a convergência com a União Europeia. Atualmente composto por 44 reformas e 123 investimentos, o PRR está em consonância com a visão nacional e europeia de desenvolvimento, e de independência energética, focando-se nas dimensões críticas da dupla transição, climática e digital, e resiliência.

Neste contexto, os desembolsos ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência baseiam-se no desempenho e dependem da execução, por parte dos Estados-Membros, dos investimentos e das reformas descritos nos respetivos planos de recuperação e resiliência.

O primeiro pagamento de 1.162 milhões de euros foi recebido em maio de 2022, correspondendo a 533 milhões de euros em subvenções e 609 milhões de euros em empréstimos. O desembolso do segundo pedido de pagamento foi recebido em fevereiro de 2023, correspondendo a 1.820 milhões de euros. Este incluiu 1.711 milhões de euros em subvenções e 109 milhões de euros em empréstimos. Os terceiro e quarto pedidos de pagamento foram formalizados em outubro de 2023. Do total, foram recebidos, no final de dezembro de 2023, 2.460 milhões de euros, dos quais 1.875 milhões de euros respeitantes a subvenções e 585 milhões de euros de empréstimos. Ficaram suspensos, 714 milhões de euros referentes a subvenções.

À data de 30 de junho, decorriam os trabalhos de preparação do quinto pedido de pagamento, tendo este sido submetido a 3 de julho, com o valor de 2.903 milhões de euros, 1.653 milhões de euros referente a subvenções e 1.250 milhões de euros referente a empréstimos. O pedido de levantamento da suspensão relativo aos terceiro e quarto pedidos de pagamento recebeu uma avaliação preliminar positiva da Comissão a 24 de junho, resultando no desembolso do valor suspenso de 714 milhões de euros.

A 30 de junho de 2024, já tinha sido lançado um montante de 15.655 milhões de euros em avisos de abertura de concursos e 3.468 milhões de euros em concursos públicos. Foram apresentadas 335.901 candidaturas, tendo sido aprovadas 177.776, a mais de 144.717 beneficiários finais, com 4.631 milhões de euros já pagos aos beneficiários diretos e finais. Durante o primeiro semestre de 2024 foram lançados +2.509 milhões de euros em Avisos de Abertura de Candidaturas e Procedimentos de Contratação Pública, foram aprovados +2.449 milhões de euros e foram pagos +994 milhões de euros a beneficiários diretos e finais.

3

O Plano de Recuperação e Resiliência

3. O Plano de Recuperação e Resiliência

Em 2023, os efeitos decorrentes da agressão militar da Rússia à Ucrânia resultaram em significativas alterações de contexto, e novos e grandes desafios à implementação do PRR. É de salientar que estas disrupções – associadas, por exemplo, a fatores como as restrições de acesso a diversas matérias, energéticas e não energéticas, e as subidas dos respetivos preços – foram de tal ordem que tiveram impacto estrutural nas condições de ação dos agentes económicos, e na sua capacidade de implementar projetos de investimento.

Esta alteração de contexto internacional criou a necessidade de uma atualização ao PRR, com os seguintes princípios orientadores:

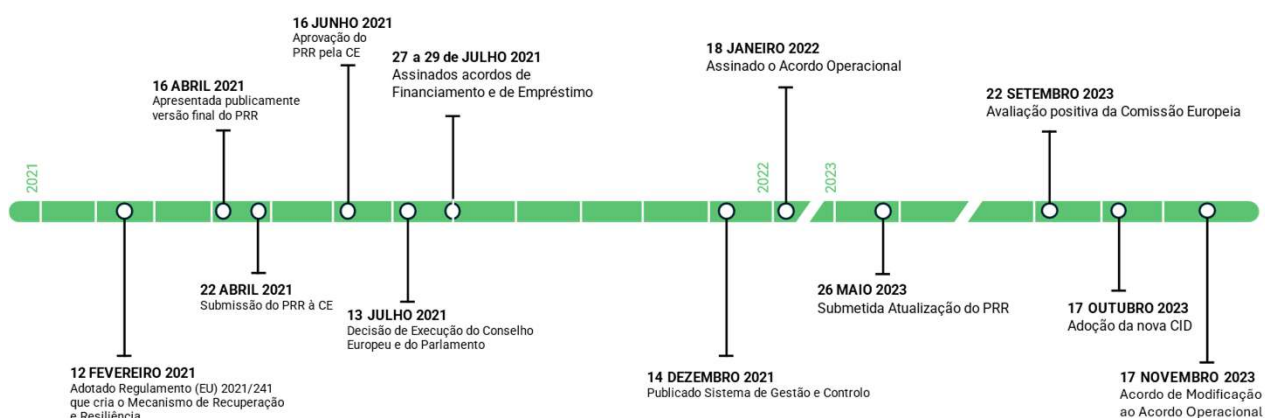
- Aumento da ambição do plano, com introdução de medidas novas e reforço de verbas, e respetivos objetivos;
- Reforço financeiro, que deverá ser também assegurado com recurso a empréstimos no âmbito do PRR ou, quando necessário, a financiamento nacional, para fazer face a novas necessidades relacionadas com projetos já previstos no plano ou em execução, mantendo a sua ambição;
- Ajustamentos nos marcos e nas metas que não implicam diminuição de ambição;
- Manutenção da estrutura inicial do PRR com as novas reformas e medidas alocadas a componentes já existentes;
- Novas medidas e o reforço da ambição focados na transição digital e climática, incluindo reforço da resiliência energética, não descuidando a resposta social em áreas como a educação, habitação e saúde.

3. O Plano de Recuperação e Resiliência

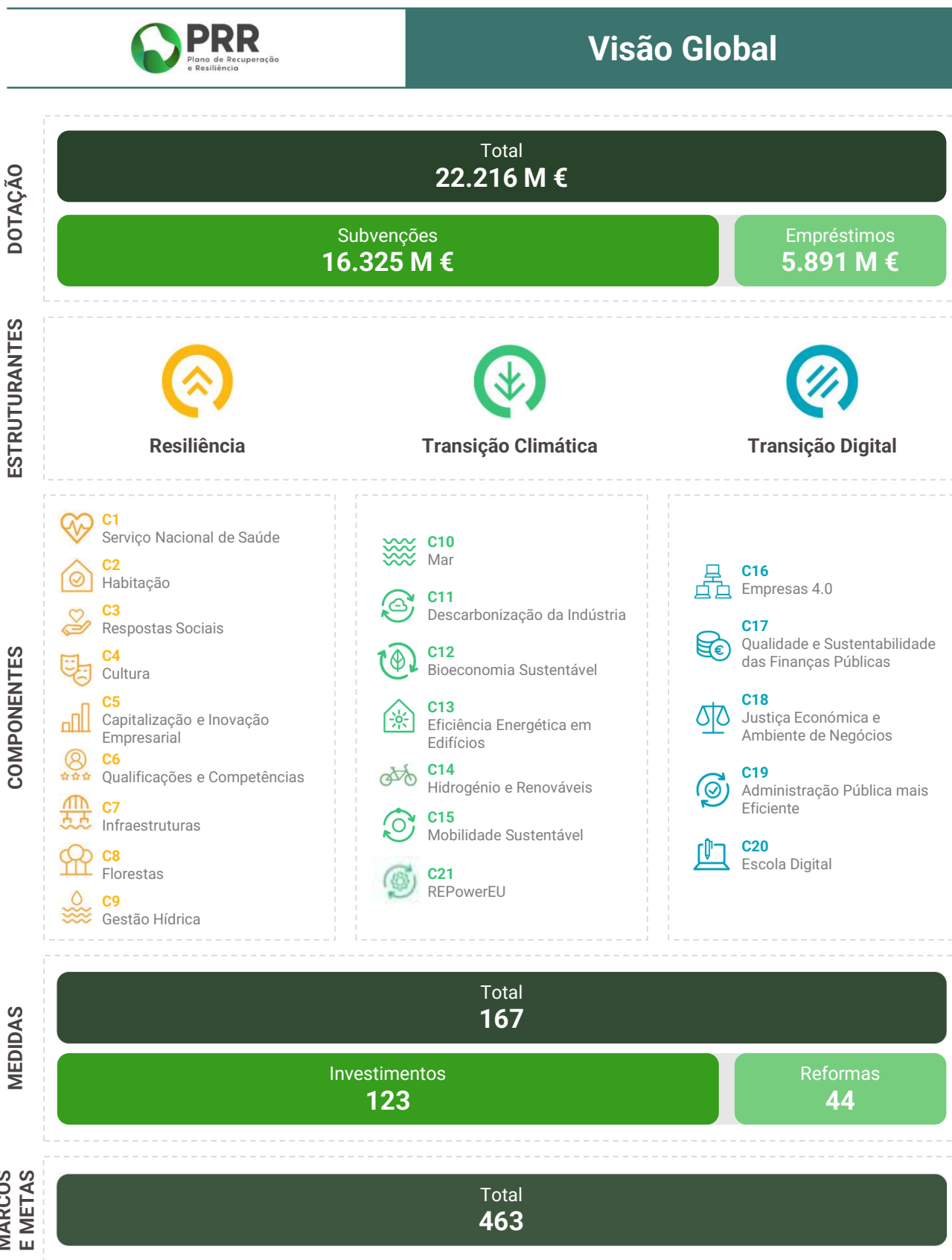
Surgiu também a oportunidade de ser criado um novo capítulo REPowerEU que assume um impulso adicional para a transição verde. Com o REPowerEU, a UE pretende pôr fim à sua dependência dos combustíveis fósseis poupando energia, diversificando o aprovisionamento e acelerando a transição para as energias verdes.

A 22 de setembro de 2023 foi recebida a avaliação positiva da Comissão Europeia, e a 17 de outubro de 2023 foi adotada a nova Decisão de Implementação do Conselho (CID), por parte do Conselho da União Europeia, na qual ficaram estabelecidos os 463 Marcos e Metas desembolso, bem como a descrição dos objetivos dos 123 investimentos e das 44 Reformas

Figura 1: Cronologia de implementação do PRR



3. O Plano de Recuperação e Resiliência



3. O Plano de Recuperação e Resiliência



PRR
Plano de Recuperação e Resiliência

Reprogramação



	INICIAL		ATUALIZAÇÃO
RESILIÊNCIA			
1.383 M €	C1. Serviço Nacional de Saúde		1.739 M €
2.733 M €	C2. Habitação		3.229 M €
833 M €	C3. Respostas Sociais		1.043 M €
243 M €	C4. Cultura		319 M €
2.914 M €	C5. Capitalização e Inovação Empresarial		4.915 M €
1.324 M €	C6. Qualificações e Competências		1.979 M €
690 M €	C7. Infraestruturas		813 M €
615 M €	C8. Florestas		615 M €
390 M €	C9. Gestão Hídrica		461 M €
11.125 M €			15.113 M €
TRANSIÇÃO CLIMÁTICA			
252 M €	C10. Mar		393 M €
715 M €	C11. Descarbonização da Indústria		737 M €
145 M €	C12. Bioeconomia Sustentável		145 M €
610 M €	C13. Eficiência Energética em Edifícios		610 M €
370 M €	C14. Hidrogénio e Renováveis		385 M €
967 M €	C15. Mobilidade Sustentável		1.262 M €
n.a. ¹	C21. REPowerEU		855 M €
3.059 M €			4.388 M €
TRANSIÇÃO DIGITAL			
650 M €	C16. Empresas 4.0		763 M €
406 M €	C17. Qualidade e Sustent. Finanças Públicas		406 M €
267 M €	C18. Justiça Económica e Ambiente de Negócios		267 M €
578 M €	C19. Administração Pública Mais Eficiente		675 M €
559 M €	C20. Escola Digital		605 M €
2.460 M €			2.716 M €
16.644 M €			22.216 M €

¹ Esta componente não estava prevista no PRR inicial.

Estes valores poderão ser sujeitos a pequenos ajustes no âmbito da contratação entre a Estrutura de Missão "Recuperar Portugal" e os Beneficiários Diretos e Intermediários.

3. Progresso geral a 30 de junho de 2024



Dados a 30 de junho de 2024

4

Síntese da implementação financeira

4. Síntese da implementação financeira

Em 2023, foi submetida e aprovada a reprogramação do PRR, passando este a ter uma dotação de 22.216 milhões de euros.

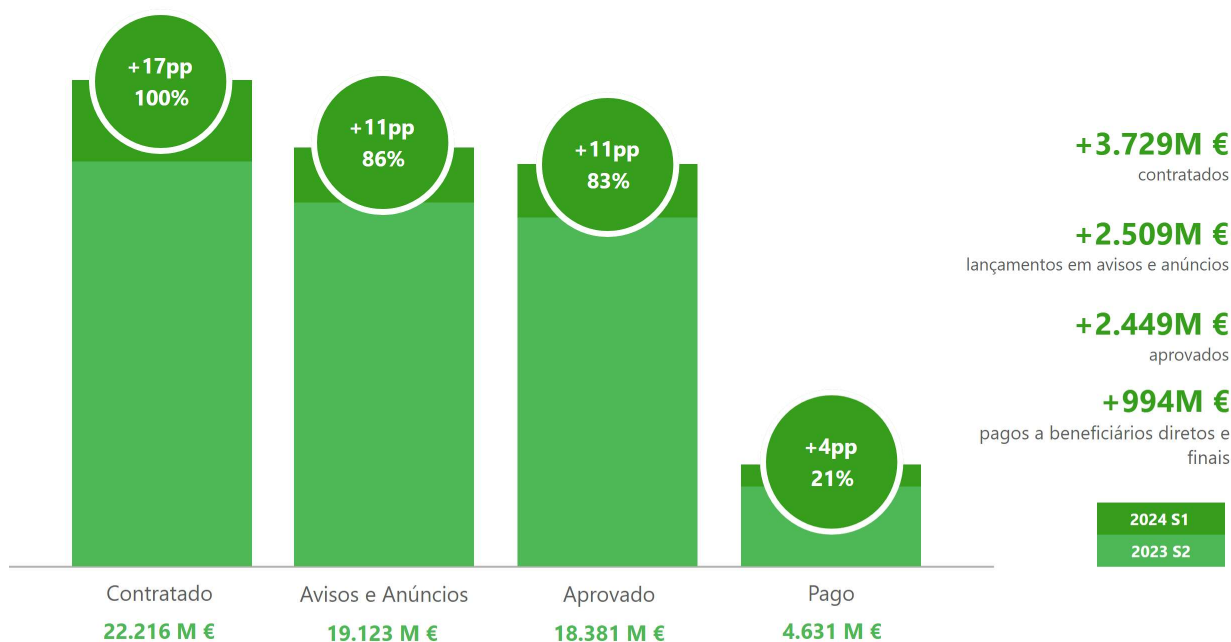
Durante o 1º semestre de 2024, foram lançados 2.509 milhões de euros em Avisos e Anúncios. Durante o semestre foram também aprovados 2.449 milhões de euros e pagos 994 milhões de euros a Beneficiários Diretos e Finais.

Desta forma, até 30 de junho de 2024, tinham sido lançados Avisos de Abertura de Candidaturas no total de 15.655 milhões de euros (70% da dotação do PRR) e Procedimentos de Contratação Pública no total de 3.468 milhões de euros (16% da dotação do PRR). O montante lançado em Avisos e Anúncios ascendia no final do trimestre a 19.123 milhões de euros, correspondendo a 86% da dotação do PRR e representando um aumento de 11 pontos percentuais face ao final do 2º semestre de 2023 (esta variação é calculada tendo por base a dotação do PRR).

Já o montante de projetos aprovados de Beneficiários Diretos e Finais totalizava, no final do 1º semestre de 2024, 18.381 milhões de euros (83% da dotação do PRR), representado um aumento de 11 pontos percentuais face ao 2º trimestre de 2023 (novamente, trata-se da variação calculada com base na dotação).

Os montantes pagos a Beneficiários Diretos e Finais ascendiam a 4.631 milhões de euros, o correspondente a 21% da dotação do PRR, e representando um aumento de 4 pontos percentuais face ao 2º semestre de 2023.

Figura 2: Evolução da Implementação Financeira até ao 1º semestre de 2024



Os valores percentuais bem como as respetivas variações em pontos percentuais foram calculados tendo por base a dotação do PRR de 22.216 M € e estão arredondados à unidade.

4. Síntese da implementação financeira

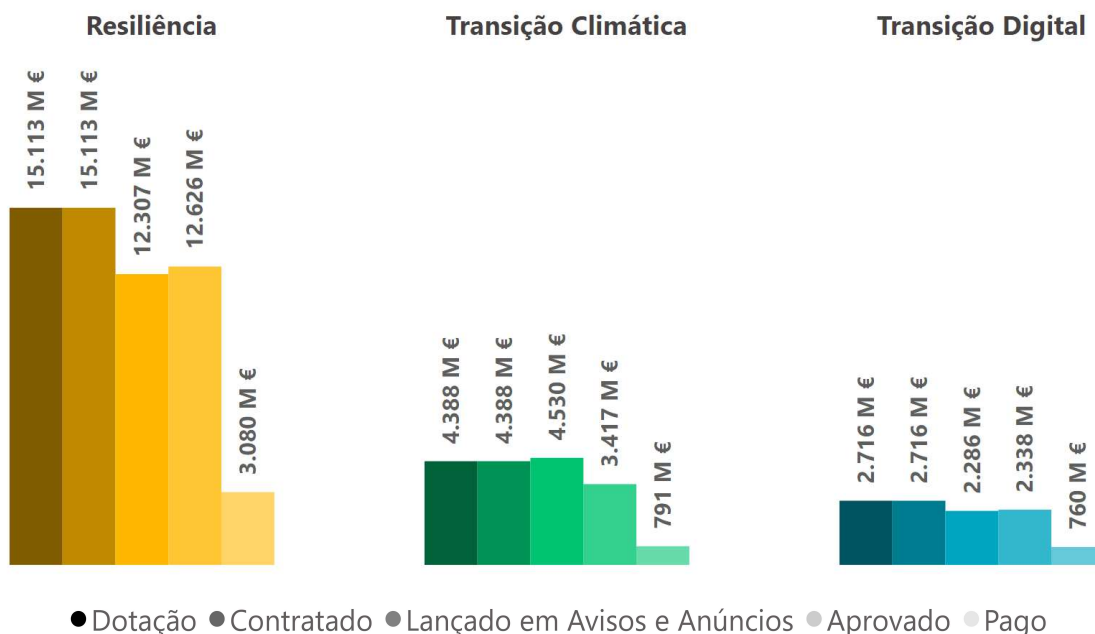
A 30 de junho de 2024, as três dimensões estruturantes do PRR - Resiliência, Transição Climática e Transição Digital - encontravam-se com os níveis de implementação financeira representados na figura 2.

Na dimensão Resiliência tinham sido lançados 12.307 milhões de euros em Avisos e Anúncios (81% da dotação da dimensão estruturante). O montante aprovado ascendia a 12.626 milhões de euros (84% da dotação da dimensão estruturante) e o montante pago a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 3.080 milhões de euros (20% da dotação da dimensão estruturante).

Na dimensão Transição Climática, o montante lançado em Avisos e Anúncios atingiu os 4.530 milhões de euros no final do trimestre (103% da dotação da dimensão estruturante). O montante aprovado a Beneficiários Diretos e Finais ascendia a 3.417 milhões de euros (78% da dotação da dimensão estruturante), e o montante pago aos mesmos atingiu os 791 milhões de euros (18% da dotação da dimensão estruturante).

Na dimensão Transição Digital, foram lançados até ao final do semestre 2.286 milhões de euros (84% da dotação da dimensão estruturante), tendo sido aprovados 2.338 milhões de euros (86% da dotação da dimensão estruturante) e pagos a Beneficiários Diretos e Finais 760 milhões de euros (28% da dotação da dimensão estruturante).

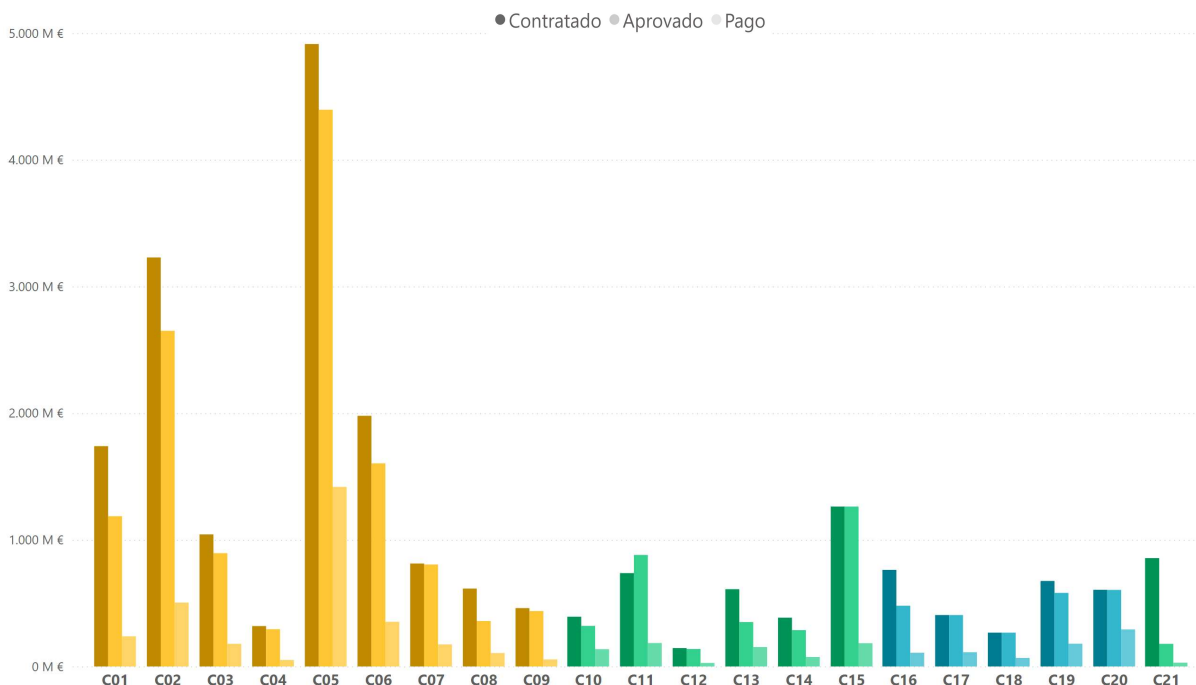
Figura 3: Implementação Financeira por Dimensão Estruturante a 30.06.2024 (milhões de euros)



4. Síntese da implementação financeira

A figura 4 mostra os montantes contratados entre EMRP e os Beneficiários Diretos e Intermediários, e montantes aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e Finais em cada uma das 21 componentes do PRR, a 30 de junho de 2024.

Figura 4: Implementação Financeira por Componente a 30.06.2024 (milhões de euros)



A tabela 1 apresenta a divisão previsional por tipo de Beneficiário Direto e Final da dotação lançada em avisos e procedimentos de contratação pública. Apresenta também os respetivos montantes aprovados e pagos por tipo de Beneficiário Direto ou Final.

Tabela 1: Implementação Financeira por tipologia de Beneficiário a 30.06.2024

TIPO DE BENEFICIÁRIO	Concursos Públicos	Avisos		Beneficiários Diretos e Finais		
	LANÇADOS (€) ¹	DOTAÇÃO (€) ²	CANDIDATURAS SUBMETIDAS	CANDIDATURAS APROVADAS	APROVADO (M€)	PAGO (M€)
Famílias		1.726 M €	255.384	129.650	213 M €	168 M €
Instituições da Economia Solidária e Social		1.172 M €	8.769	4.606	443 M €	111 M €
Empresas		5.328 M €	59.327	37.673	5.730 M €	1.748 M €
Instituições do Sistema Científico e Tecnológico		497 M €	834	238	342 M €	97 M €
Instituições de Ensino Superior		717 M €	2.495	293	689 M €	189 M €
Escolas	278 M €	855 M €	1.784	1.075	619 M €	275 M €
Autarquias e Áreas Metropolitanas	2 M €	1.634 M €	5.247	2.630	2.570 M €	413 M €
Entidades Públicas	1.191 M €	2.496 M €	1.795	1.404	5.018 M €	1.135 M €
Empresas Públicas	1.997 M €	1.229 M €	266	207	2.758 M €	496 M €
Total	3.468 M €	15.655 M €	335.901	177.776	18.381 M €	4.631 M €

¹ Procedimentos de Contratação Pública lançados por Beneficiários Diretos.

² Dotação sujeita a alterações no âmbito da contratação em curso entre a Recuperar Portugal e os Beneficiários Intermediários e Diretos.

4. Síntese da implementação financeira

A distribuição dos valores aprovados e pagos a Beneficiários Diretos e a Beneficiários Finais, em cada uma das regiões NUTS III de Portugal, e nos projetos de cobertura nacional, é apresentada na tabela 2, bem como a sua distribuição relativa por habitante. A 30 de junho de 2024, tinha sido aprovado um montante equivalente a 1.777 euros por habitante no território nacional, e pago um montante equivalente a 448 euros por habitante.

Tabela 2: Implementação Financeira por região NUTS III e per capita, a 30.06.2024

NUT III	Beneficiários Diretos e Finais		Por habitante	
	APROVADO (M€)	PAGO (€)	APROVADO (€/HABITANTE)	PAGO (€/HABITANTE)
Projetos Nacionais	4.280 M €	1.189 M €	414 €	115 €
Alto Minho	183 M €	50 M €	793 €	218 €
Cávado	496 M €	127 M €	1.190 €	306 €
Ave	403 M €	140 M €	963 €	334 €
Área Metropolitana do Porto	2.667 M €	669 M €	1.536 €	385 €
Alto Tâmega	60 M €	14 M €	714 €	169 €
Tâmega e Sousa	361 M €	99 M €	883 €	242 €
Douro	205 M €	50 M €	1.117 €	270 €
Terras de Trás-os-Montes	143 M €	36 M €	1.334 €	336 €
Região de Aveiro	766 M €	196 M €	2.084 €	535 €
Região de Coimbra	615 M €	145 M €	1.409 €	333 €
Região de Leiria	368 M €	107 M €	1.284 €	372 €
Viseu Dão Lafões	270 M €	73 M €	1.068 €	290 €
Beira Baixa	100 M €	20 M €	1.239 €	251 €
Beiras e Serra da Estrela	207 M €	51 M €	983 €	241 €
Oeste	222 M €	57 M €	609 €	157 €
Médio Tejo	223 M €	57 M €	974 €	250 €
Lezíria do Tejo	180 M €	41 M €	762 €	172 €
Área Metropolitana de Lisboa	3.937 M €	917 M €	1.372 €	319 €
Alentejo Litoral	161 M €	41 M €	1.665 €	428 €
Baixo Alentejo	252 M €	44 M €	2.197 €	380 €
Alto Alentejo	275 M €	39 M €	2.623 €	374 €
Alentejo Central	153 M €	40 M €	1.004 €	265 €
Algarve	465 M €	88 M €	995 €	189 €
Região Autónoma dos Açores	768 M €	216 M €	3.248 €	915 €
Região Autónoma da Madeira	621 M €	124 M €	2.478 €	493 €
Total	18.381 M €	4.631 M €	1.777 €	448 €

4. Síntese da implementação financeira

FLUXOS DE TESOURARIA

A 3 de agosto de 2021, Portugal recebeu o adiantamento de 13% dos fundos do PRR, nos termos do disposto no artigo 13º do Regulamento (EU) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho e no seguimento da assinatura dos acordos de financiamento e de empréstimos. O pré-financiamento correspondeu a um valor total de 2.159 milhões de euros, sendo 1.808 milhões de euros relativos a subvenções e 351 milhões de euros relativos a empréstimos.

O desembolso dos fundos do PRR contratados com a Comissão Europeia depende do processo de avaliação do cumprimento de marcos e metas, estando prevista a submissão de 10 Pedidos de Pagamento até 2026, dos quais 4 foram já submetidos.

O primeiro Pedido de Pagamento foi submetido a 25 de janeiro de 2022, no total de 1.336 milhões de euros, dos quais 636 milhões de euros respeitantes a subvenções e 700 milhões de euros de empréstimos, que, deduzidos do correspondente valor do pré-financiamento de 13%, se traduziu no pagamento líquido, a 9 de maio de 2022, de 1.162 milhões de euros (553 milhões de euros de subvenções, e 609 milhões de euros de empréstimos).

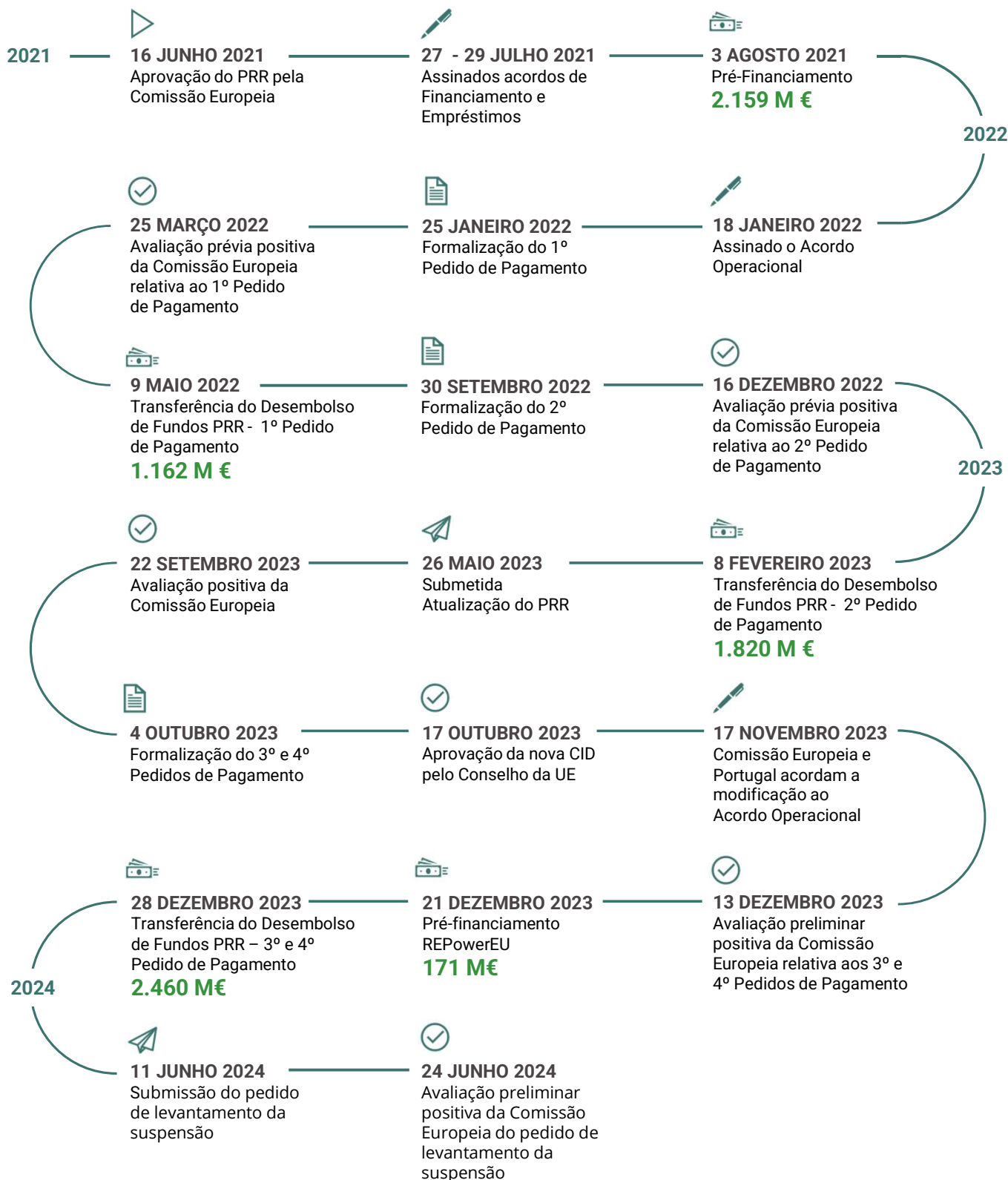
O segundo Pedido de Pagamento foi formalizado a 30 de setembro de 2022, no total de 2.092 milhões de euros, tendo recebido avaliação positiva da Comissão Europeia a 16 de dezembro. Após a dedução respetiva do adiantamento, este Pedido de Pagamento traduziu-se no recebimento líquido de 1.820 milhões de euros, dos quais 1.711 milhões de euros relativos a subvenções e 109 milhões de euros relativos a empréstimos. Com o desembolso do segundo Pedido de Pagamento, que viria a ser realizado a 8 de fevereiro de 2023, Portugal tinha já recebido 5.141 milhões de euros, correspondente a cerca de 31% da dotação orçamental global do PRR contratada com a Comissão Europeia.

Os terceiro e quarto Pedidos de Pagamento foram formalizados a 4 de outubro de 2023, no total de 3.562 milhões de euros, dos quais 2.947 milhões de euros respeitantes a subvenções e 615 milhões de euros de empréstimos, que, deduzidos do correspondente valor do pré-financiamento de 13%, e do valor suspenso, se traduziu no recebimento líquido, a 28 de dezembro de 2023, de 2.460 milhões de euros, dos quais 1.875 milhões de euros respeitantes a subvenções e 585 milhões de euros de empréstimos. O pedido de levantamento da suspensão recebeu uma avaliação preliminar positiva da Comissão a 24 de junho, resultando no desembolso do valor suspenso de 714 milhões de euros já depois da data de fecho deste relatório, no início de agosto.

O quinto Pedido de Pagamento foi formalizado a 3 de julho de 2024, com um valor líquido de 2.903 milhões de euros, 1.250 milhões de euros em empréstimos e 1.653 de euros em subvenções.

4. Síntese da implementação financeira

Figura 5: Cronograma de Pedidos de Pagamento e Desembolsos

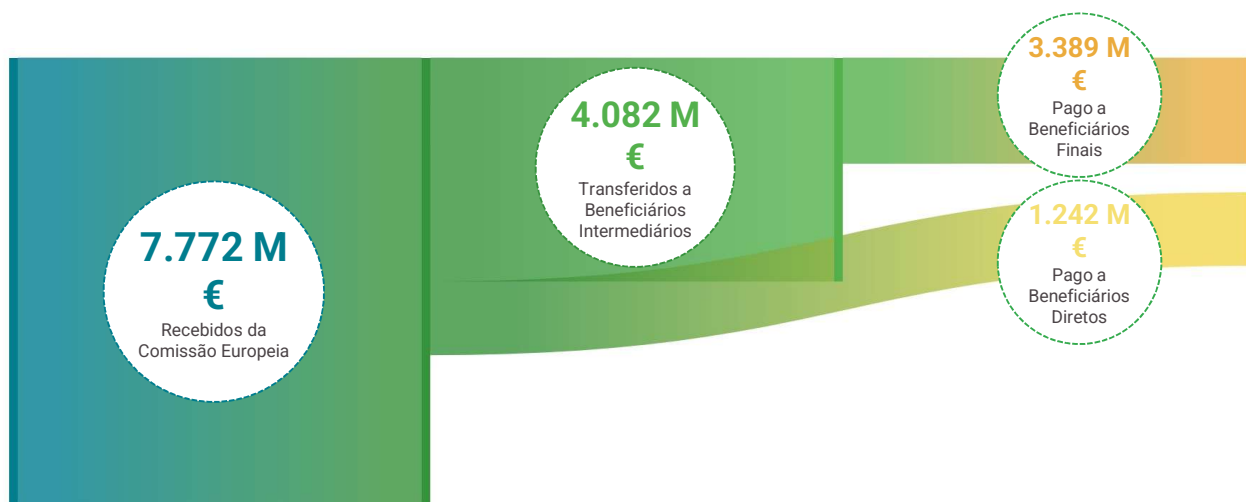


4. Síntese da implementação financeira

A figura 5 representa a distribuição dos valores recebidos da Comissão Europeia pelos Beneficiários Diretos, Intermediários e Finais ao longo da execução do PRR até ao final do 1º semestre de 2024. De acordo com o Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio, a Recuperar Portugal emite ordens de pagamento e a AD&C processa os pagamentos a Beneficiários Diretos e Intermediários. Os Beneficiários Intermediários, por sua vez, fazem pagamentos aos Beneficiários Finais, após seleção e contratação com os mesmos.

A 30 de junho de 2024, tinham sido pagos 1.242 milhões de euros a Beneficiários Diretos. O montante total transferido a Beneficiários Intermediários ascendia a 4.082 milhões de euros, dos quais 3.389 milhões de euros foram já pagos a Beneficiários Finais e 693 milhões de euros encontram-se em trânsito.

Figura 6: Fluxos de Tesouraria do PRR a 30.06.2024



5

Balanço de Marcos e Metas

5. Balanço de Marcos e Metas

O PRR é um mecanismo baseado nos resultados alcançados e a sua execução é medida pela Comissão Europeia com base em indicadores de performance, traduzidos em Marcos e Metas contratualizados com a União Europeia. A Decisão de Execução do Conselho Europeu, que aprovou o PRR, estabelece no seu anexo 463 Marcos e Metas para comprovar a execução dos fundos atribuídos. A comprovação do cumprimento dos Marcos e Metas é concretizada através da submissão de Pedidos de Pagamento.

Até junho de 2024, a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, em representação do Estado Português, apresentou à Comissão Europeia dois Pedidos de Pagamento, apresentando as evidências documentais legalmente exigidas para demonstrar o cumprimento de 47 Marcos e Metas previstos para o respetivo período de implementação.

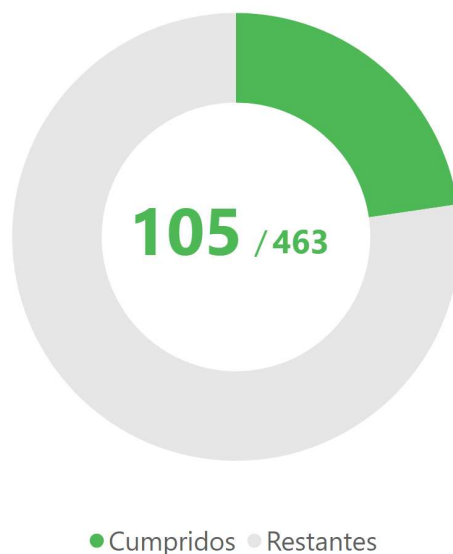
Todos os 47 Marcos e Metas relativos aos Pedidos de Pagamento feitos por Portugal foram avaliados como cumpridos de forma satisfatória, com base na Avaliação Preliminar adotada pela Comissão, evidenciando assim um progresso notável na implementação do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal.

Portugal tem um prazo de 6 meses, a contar da data da adoção da decisão de suspensão parcial do desembolso, para apresentar a documentação restante e assegurar o cumprimento satisfatório dos 3 Marcos e Metas para os quais a Comissão Europeia considerou serem necessárias evidências adicionais, permitindo o levantamento da suspensão de desembolso e para o qual a Comissão referiu já terem sido dados passos relevantes.

Portugal tem agora 22% dos Marcos e Metas cumpridos e quatro Pedidos de Pagamento validados.

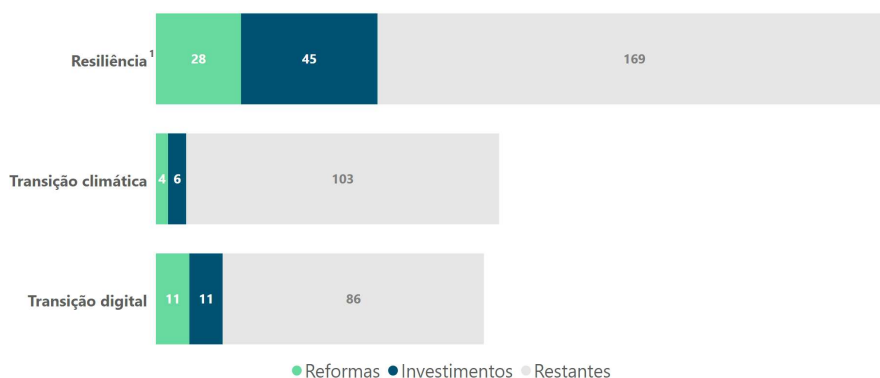
A totalidade dos Marcos e Metas bem como os Marcos e Metas por componente encontram-se listados em anexo (Anexo II).

Figura 7: Cumprimento Global de Marcos e Metas a 30.06.2024



5. Balanço de Marcos e Metas

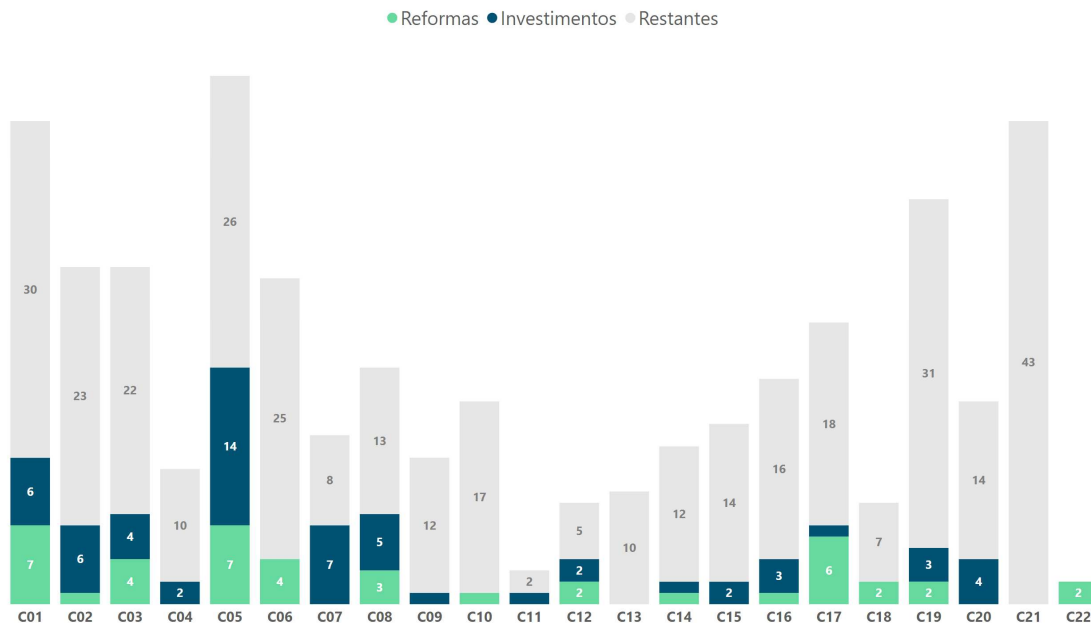
Figura 8: Cumprimento de Marcos e Metas, por dimensão a 30.06.2024



No que respeita às Dimensões Estruturantes, os Marcos e Metas cujo cumprimento se encontra demonstrado distribuem-se da seguinte forma:

- Resiliência: 73 Marcos e Metas, dos quais 45 relativos a investimentos e 28 relativos a reformas;
- Transição Climática: 10 Marcos e Metas, dos quais 6 relativos a investimentos e 4 relativos a reformas;
- Transição Digital: 22 Marcos e Metas, dos quais 11 relativos a investimentos e 11 relativos a reformas.

Figura 9: Distribuição dos Marcos e Metas cumpridos por componente a 30.06.2024



¹ Os 2 Marcos relativos à Componente C22 pertencem à dimensão da Resiliência.

6

Síntese da Implementação por Dimensão Estruturante

6. Síntese da Implementação por Dimensão Estruturante



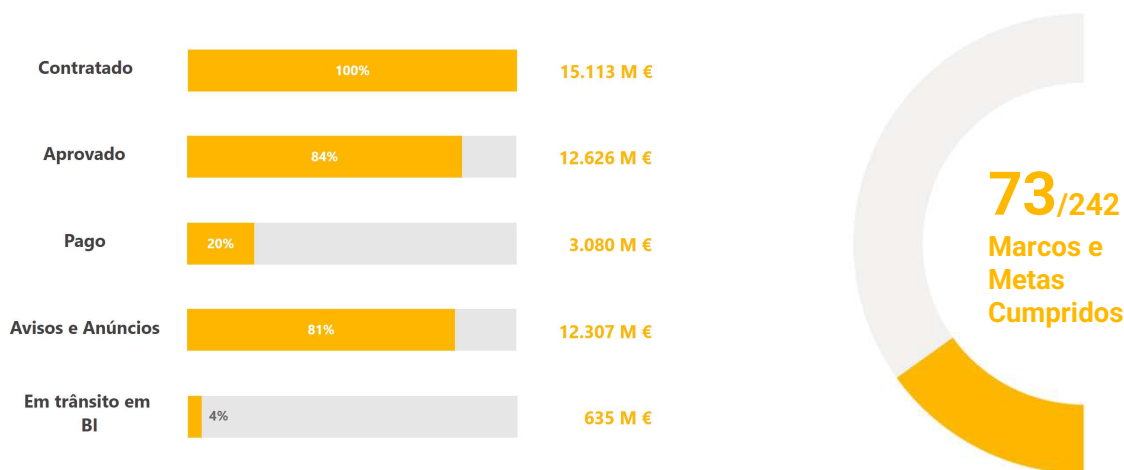
I - Resiliência



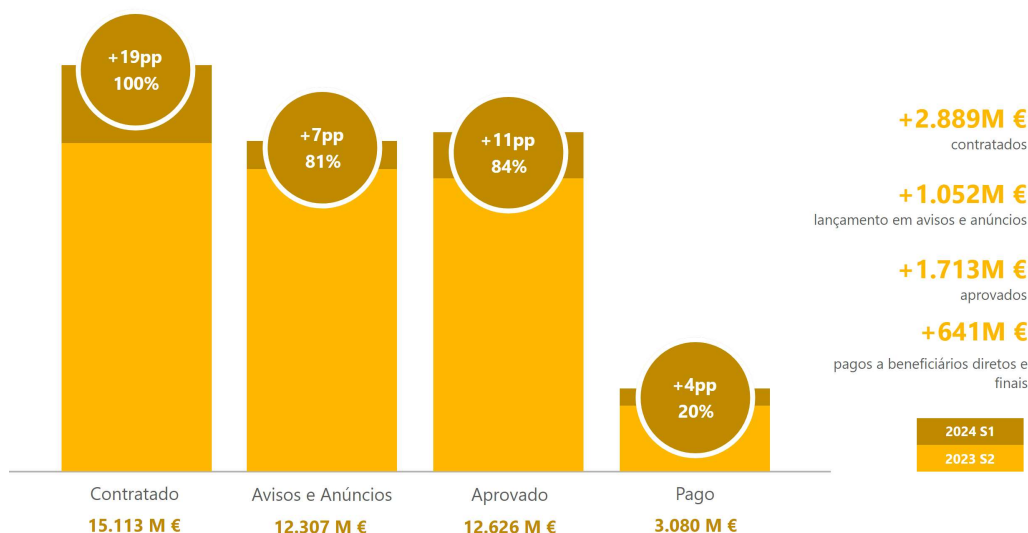
15.113 M €
Dotação orçamental

A dimensão da Resiliência visa reforçar a resiliência social, económica e territorial do país através de 9 componentes estratégicas, incluindo intervenções na saúde, habitação, respostas sociais, cultura, investimento empresarial, competências e qualificações, infraestruturas, florestas e gestão da água. Esta dimensão representa a maior parte do investimento total do PRR para a promoção de uma recuperação transformadora, duradoura, justa, sustentável e inclusiva.

Síntese da Implementação da Dimensão I – Resiliência a 30.06.2024



Evolução da Implementação Financeira até ao 1º semestre de 2024



Os valores percentuais bem como as respetivas variações em pontos percentuais foram calculados tendo por base a dotação do PRR de 22.216 M €.

6. Síntese da Implementação por Dimensão Estruturante



II - Transição Climática







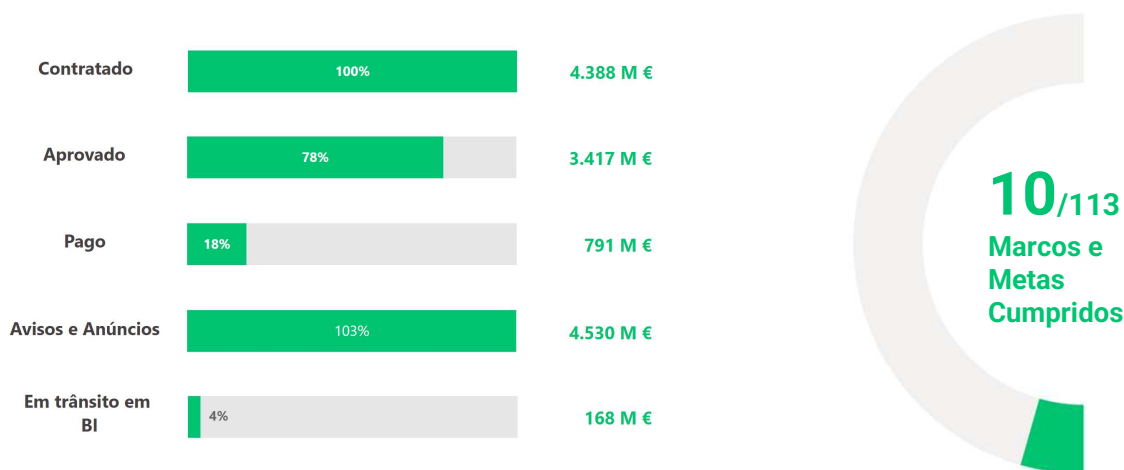


4.388 M €

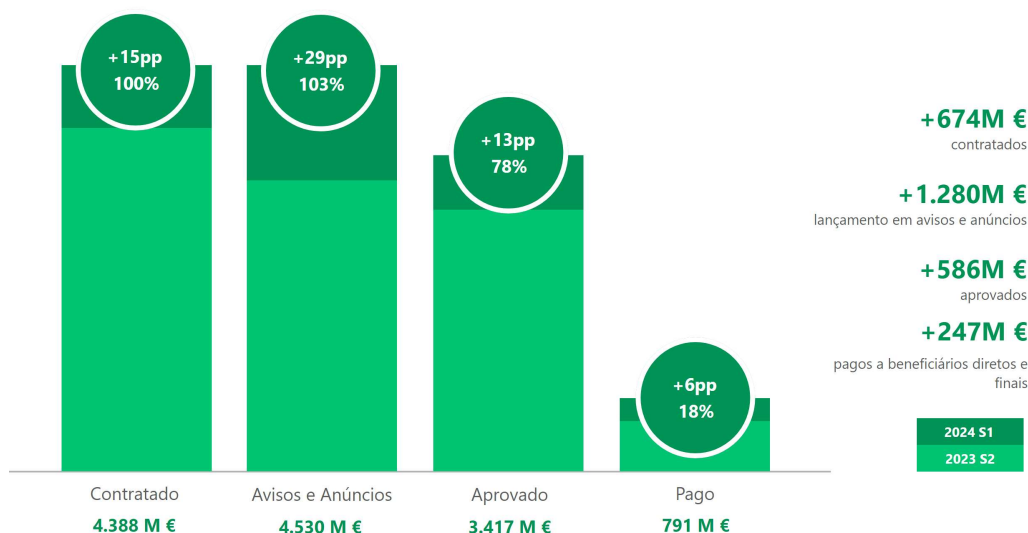
Dotação orçamental

A Transição Climática compreende 7 componentes estratégicos, incluindo intervenções em áreas como o mar, mobilidade sustentável, descarbonização da indústria, bioeconomia, eficiência energética em edifícios, e energias renováveis. Constitui um compromisso para o cumprimento das metas climáticas que permitirá a Portugal atingir a neutralidade carbónica até 2050, apresentando ao país oportunidades significativas para os fatores competitivos do futuro.

Síntese da Implementação da Dimensão II – Transição Climática a 30.06.2024



Evolução da Implementação Financeira até ao 1º semestre de 2024



Os valores percentuais bem como as respetivas variações em pontos percentuais foram calculados tendo por base a dotação do PRR de 22.216 M €.

6. Síntese da Implementação por Dimensão Estruturante



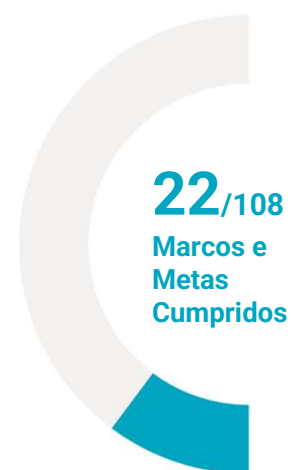
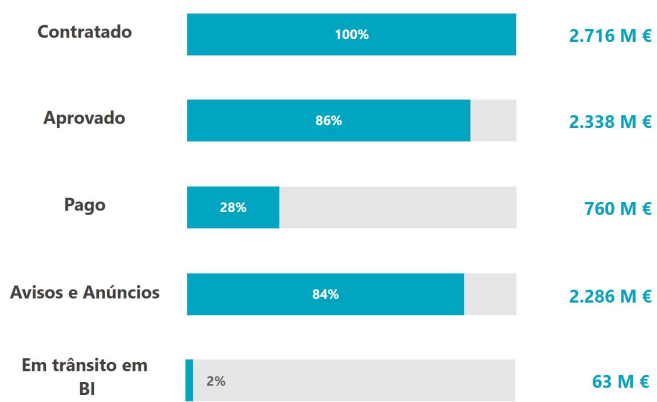
III - Transição Digital



2.716 M €
Dotação orçamental

A Transição Digital descreve 5 componentes para acelerar a transição de Portugal para uma sociedade mais digital, incluindo a capacitação e inclusão digital das pessoas através da educação, formação em competências digitais e promoção da literacia digital, transformação digital do setor empresarial e digitalização do Estado.

Síntese da Implementação da Dimensão III – Transição Digital a 30.06.2024



Evolução da Implementação Financeira até ao 1º semestre de 2024



Os valores percentuais bem como as respetivas variações em pontos percentuais foram calculados tendo por base a dotação do PRR de 22.216 M €.

7

Síntese da Implementação por Componente

7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C01
Serviço Nacional de Saúde

1.739 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2024
C01-r01	Reforma dos cuidados de saúde primários	Em fase avançada de implementação
C01-r02	Reforma no domínio da saúde mental	Concretizada
C01-r03	Conclusão da reforma do modelo de governação dos hospitais públicos	Em fase de implementação

7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C01 Serviço Nacional de Saúde

1.739 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C01-i01	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	683M	40%	8%
C01-i02	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	235M	124%	24%
C01-i03	Conclusão da Reforma de Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	88M	70%	20%
C01-i04	Construção do Hospital de Lisboa Oriental e Equipamento para Hospitais em Lisboa e Vale do Tejo Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	180M	66%	15%
C01-i05.01-RAM	Expansão, Desenvolvimento e Melhoria da Rede de Cuidados Continuados Integrados Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	60M	89%	12%
C01-i05.02-RAM	Reforço das respostas na área da saúde mental e das demências associadas ao envelhecimento Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	39M	89%	17%
C01-i06	Transição Digital na Saúde Responsável: SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.	300M	100%	17%
C01-i07.01-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-IASAUDE Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	4M	100%	19%
C01-i07.02-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-SESARAM Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	11M	100%	18%
C01-i07.03-RAM	Digitalização da Saúde na RAM-DRS Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	1M	100%	13%
C01-i08-RAA	Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	30M	100%	36%
C01-i09	Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa Responsável: INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.	10M	100%	33%
C01-i10	Programa de Modernização Tecnológica do SNS Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	100M		



Serviço Nacional de Saúde

ASSINADO
Contrato de gestão a construção do
HLO

CONSTRUÍDAS
6
Unidades de Saúde

ADQUIRIDOS
Novos equipamentos informáticos para o Serviço Regional de Saúde da Madeira
2 388
equipamentos

CRIADOS
40
gabinetes de medicina dentária nos centros de saúde

CONCRETIZADOS
ECCI - foram concretizados
681
lugares dos **940** formalizados em contratos de financiamento

ECSCP
100
lugares contratualizados

EAD
100
lugares contratualizados

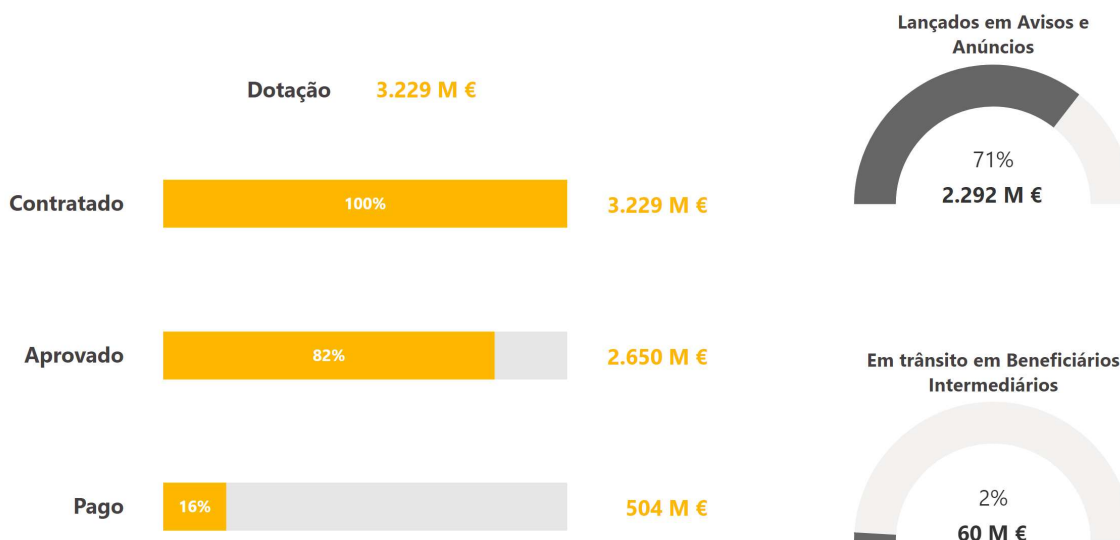
7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C02
Habitação

3.229 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2024
C02-r04	Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário	Concretizada

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C02-i01	Programa de apoio ao acesso à habitação Responsável: INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.	1,210M	88%	21%
C02-i02	Bolsa nacional de alojamento urgente e temporário Responsável: INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.	203M	41%	9%
C02-i03-RAM	Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	136M	100%	14%
C02-i04-RAA	Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	44M	137%	29%
C02-i05	Parque público de habitação a custos acessíveis Responsável: INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.	900M	87%	7%
C02-i06	Alojamento Estudantil a custos acessíveis Responsável: AGÊNCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS+ EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	516M	96%	26%
C02-i07-RAA	Infraestruturas para parcelas de terreno destinadas à habitação Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	4M	100%	13%
C02-i08-RAA	Reforço do parque habitacional social Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	19M	100%	13%
C02-i09	Programa de apoio ao acesso à habitação (empréstimo) Responsável: INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, I.P.	197M	-	-



Habitação



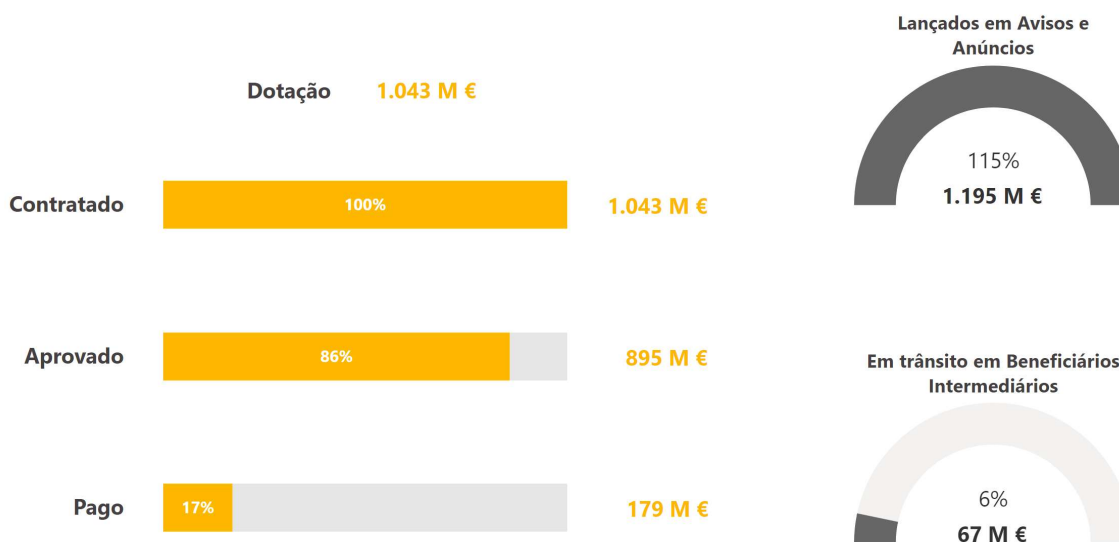
7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C03 Respostas Sociais

1.043 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2024
C03-r05	Reforma da provisão de equipamentos e respostas sociais	● Concretizada
C03-r06	Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	● Concretizada
C03-r07	Contratualização de programas integrados de apoio às comunidades desfavorecidas nas áreas metropolitanas	● Concretizada
C03-r08	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza	● Concretizada
C03-r38	Simplificação e eficácia do sistema de segurança social	◐ Em fase de implementação

7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C03 Respostas Sociais

1.043 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C03-i01	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais Responsável: INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	591M	69%	18%
C03-i02	Acessibilidades 360º Responsável: INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, I.P.	53M	27%	6%
C03-i03-RAM	Fortalecimento das respostas sociais na Região Autónoma da Madeira (RAM) Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	95M	87%	13%
C03-i04-RAA	Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social (RAA) Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	40M	100%	38%
C03-i05	Plataforma +Acesso Responsável: INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, I.P.	3M	100%	21%
C03-i06.01	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto – Programa Bairros Saudáveis Responsável: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.	7M	98%	69%
C03-i06.02	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa Responsável: ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	122M	100%	20%
C03-i06.03	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto Responsável: ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	122M	169%	8%
C03-i07-RAA	Modernização e expansão da rede de estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI) Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	11M	100%	25%



Respostas Sociais



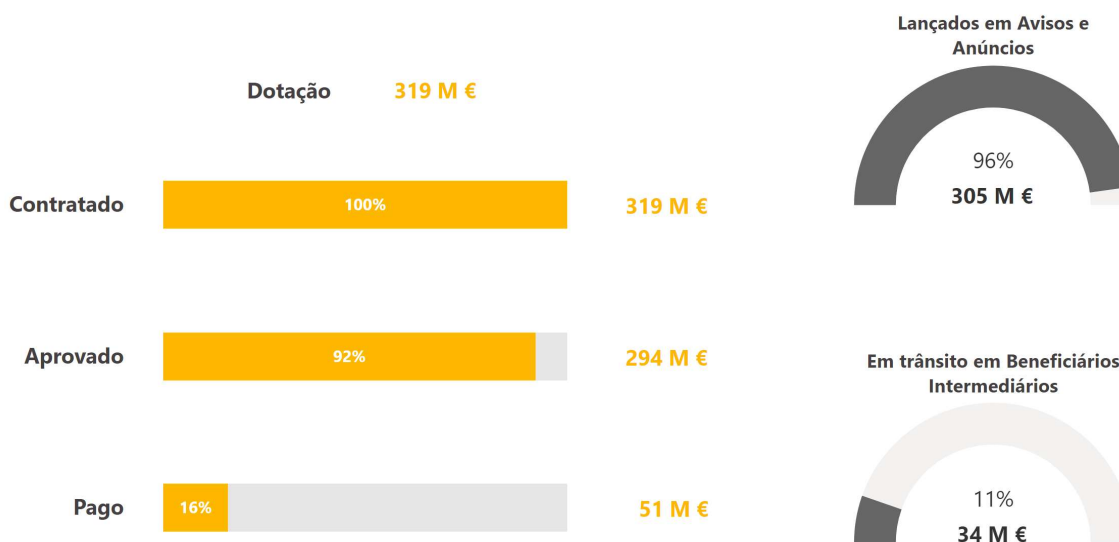
7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C04
Cultura

319 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

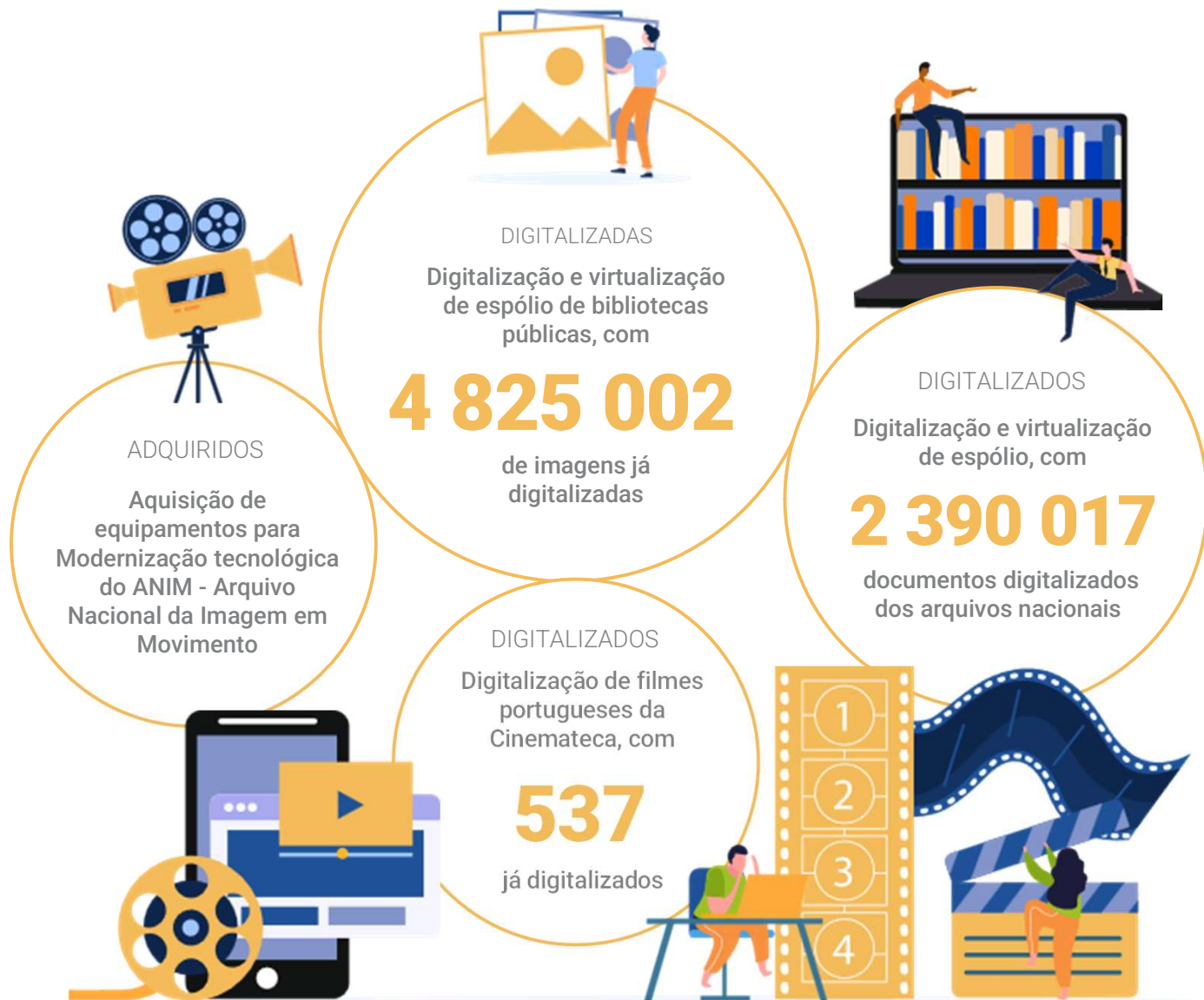
Não existe reformas associadas a esta componente.

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C04-i01	Redes Culturais e Transição Digital Responsável: GABINETE DE ESTRATÉGIA, PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO CULTURAIS	103M	76%	17%
C04-i02	Património Cultural Responsável: FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL	216M	100%	16%



Cultura



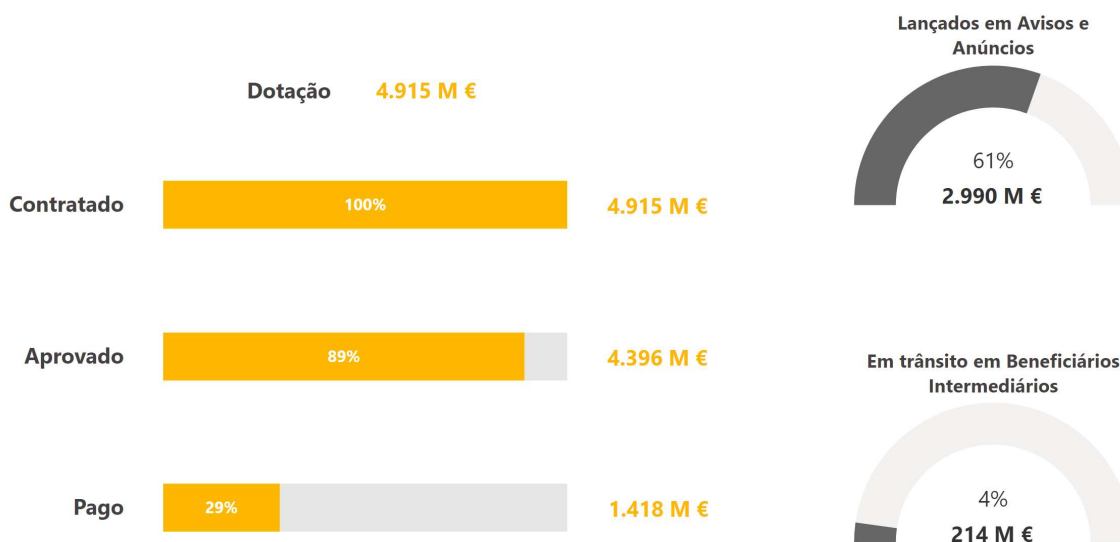
7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C05 Capitalização e Inovação Empresarial

4.915 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2024
C05-r09	Promoção da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I) e do investimento inovador nas empresas	● Concretizada
C05-r10	Criação e desenvolvimento do Banco Português de Fomento	● Concretizada
C05-r11	Alargamento e consolidação da Rede de Instituições de Interface	● Concretizada
C05-r12	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria	● Concretizada
C05-r13	Desenvolvimento do mercado de capitais e promoção da capitalização das empresas não-financeiras	● Em fase avançada de implementação

7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C05 Capitalização e Inovação Empresarial

4.915 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C05-i01.01	Agendas/Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	558M	223%	69%
C05-i01.02	Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	372M	257%	68%
C05-i02	Missão Interface - renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo Responsável: ANI - AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, S.A.	186M	102%	37%
C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria Responsável: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS (IFAP, I.P.)	93M	100%	23%
C05-i04-RAA	Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	125M	100%	24%
C05-i05-RAA	Relançamento Económico da Agricultura Açoriana Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	34M	127%	25%
C05-i06.01	Capitalização de empresas e resiliência Financeira Responsável: BANCO PORTUGUÊS DE FOMENTO, S.A.	1,300M	69%	15%
C05-i06.02	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento Responsável: BANCO PORTUGUÊS DE FOMENTO, S.A.	250M	100%	100%
C05-i07-RAM	Instrumentos de capitalização para empresas da Madeira Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	4M		
C05-i08	Ciência Mais Digital Responsável: FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA	48M	75%	35%
C05-i09	Reforço: Agendas/Alianças Mobilizadoras para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	319M	81%	27%
C05-i10	Reforço: Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	320M	93%	32%
C05-i11	Reforço: Agendas/Alianças Mobilizadoras para a Inovação Empresarial (Empréstimos) Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	772M		
C05-i12	Reforço: Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial (Empréstimos) Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	533M		



Capitalização e Inovação Empresarial



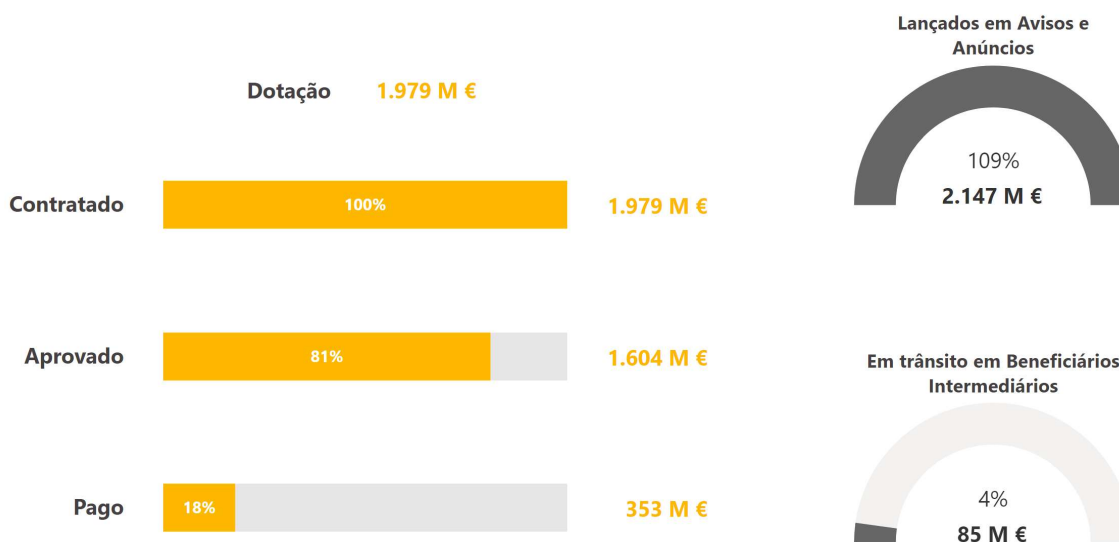
7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C06 Qualificações e Competências

1.979 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2024
C06-r14	Reforma do ensino e formação profissionais	Em fase de implementação
C06-r15	Reforma da cooperação entre ensino superior e administração pública e empresas	Concretizada
C06-r16	Redução das restrições nas profissões altamente regulamentadas	Concretizada
C06-r17	Agenda de promoção do trabalho digno	Concretizada
C06-r18	Combate às desigualdades entre mulheres e homens	Em fase de implementação

7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C06 Qualificações e Competências

1.979 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C06-i01.01	Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados: Responsável: INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO, I.P.	480M	76%	7%
C06-i01.02	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional - Modernização da Formação Profissional Responsável: INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	230M	99%	15%
C06-i01.03	Modernização das instituições de ensino e formação profissionais - Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados - Turismo Responsável: TURISMO DE PORTUGAL I.P.	20M	100%	13%
C06-i02	Compromisso Emprego Sustentável Responsável: INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.	230M	142%	77%
C06-i03.01	Incentivo Adultos - Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3 Responsável: AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.	40M	97%	13%
C06-i03.02	Incentivo Adultos - Acelerador Qualifica Responsável: AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.	55M	45%	35%
C06-i03.03	Impulso Adultos Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR	138M	95%	21%
C06-i04.01	Impulso Jovens STEAM Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR	131M	93%	33%
C06-i04.02	Impulso Jovens STEAM - Rede Ciência Viva Responsável: CIÊNCIA VIVA - AGÊNCIA NACIONAL PARA A CULTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	9M	84%	49%
C06-i05-RAA	Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida na RAA Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	29M	101%	13%
C06-i06	Ciência Mais Capacitação Responsável: FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA	45M	7%	1%
C06-i07	Impulso Mais Digital Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR	105M	19%	0%
C06-i08-RAM	Ampliação do Edifício do CITMA Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	18M		
C06-i09.01	Escolas novas ou renovadas - CCDR Norte Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE, I. P. (CCDR NORTE, I. P.)	125M		
C06-i09.02	Escolas novas ou renovadas - CCDR Centro Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDR CENTRO)	150M	83%	0%
C06-i09.03	Escolas novas ou renovadas - CCDR LVT Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P. (CCDR LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.)	125M	97%	0%
C06-i09.04	Escolas novas ou renovadas - CCDR Alentejo Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO, I. P. (CCDR ALENTEJO, I. P.)	20M	85%	0%
C06-i09.05	Escolas novas ou renovadas - CCDR Algarve Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, I.P. (CCDR ALGARVE, I.P.)	30M	86%	0%



Qualificações e Competências



653

clubes ciência viva adicionais

CONTRATUALIZADOS

365

CTES

MATRICULADOS

517

adultos adicionais no ensino pós-secundário e superior na Região Autónoma dos Açores

APOIADOS

35 404

contratos de trabalho



30 853

participantes em cursos de pós-graduação no ensino superior



2 696

estudantes nos domínios STEAM com uma bolsa anual

REALIZADAS

30 000

certificações de competências através de processos RVCC

ASSINADOS

68

Termos de Aceitação

CONTRATUALIZADOS

226

projetos locais promotores de qualificações de nível B1/B2/B3

ENVOLVIDOS

4 509

adultos envolvidos à data

10 071

número adicional estudantes formados em cursos do ensino superior em domínios STEAM (em relação a 2020)

18

novas Escolas Ciência Viva

BENEFICIADOS

11 500

postos de formação

7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C07
Infraestruturas

813 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

Não existe reformas associadas a esta componente.

7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C07 Infraestruturas

813 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C07-i01.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE, I. P. (CCDR NORTE, I. P.)	31M	100%	7%
C07-i01.02	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDR CENTRO)	32M	100%	10%
C07-i01.03	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P. (CCDR LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.)	13M	100%	1%
C07-i01.04	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO, I. P. (CCDR ALENTEJO, I. P.)	30M	99%	13%
C07-i01.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, I.P. (CCDR ALGARVE, I.P.)	4M	100%	4%
C07-i02.01	Missing links e Aumento capacidade da Rede - EN14, EN4, IC35, IP2, EN125, EN211, EN344, IC2, IP8 (A26), Baião/Pone Ermida, IP8 (EN121), IP8 (EN259) Responsável: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	320M	100%	28%
C07-i02.02	Missing links e Aumento capacidade da Rede - Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDR CENTRO)	47M	100%	7%
C07-i03.01	Ligações transfronteiriças - Ponte internacional sobre o Rio Sever Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO, I. P. (CCDR ALENTEJO, I. P.)	11M	100%	6%
C07-i03.02	Ligações transfronteiriças - Ponte Alcoutim – Saluncar del Guadiana (ES) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE, I.P. (CCDR ALGARVE, I.P.)	11M	100%	9%
C07-i03.03	Ligações transfronteiriças - EN103. Vinhais / Bragança (variantes) Responsável: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	37M	100%	14%
C07-i03.04	Ligações transfronteiriças - Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES) Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE, I. P. (CCDR NORTE, I. P.)	19M	100%	10%
C07-i04.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias Responsável: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	106M	100%	23%
C07-i04.02	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias - EN10-4. Setúbal/ Mitrena e Ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO, I.P. (CCDR LISBOA E VALE DO TEJO, I.P.)	11M	89%	11%
C07-i04.03	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias : Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2 Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDR CENTRO)	7M	100%	11%
C07-i04.04	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE, I. P. (CCDR NORTE, I. P.)	42M	85%	11%
C07-i04.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias - Rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO, I. P. (CCDR ALENTEJO, I. P.)	0.2M	100%	84%
C07-i05-RAA	Circuitos Logísticos - Rede Viária Regional dos Açores Responsável: DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	92M	100%	32%



Infraestruturas



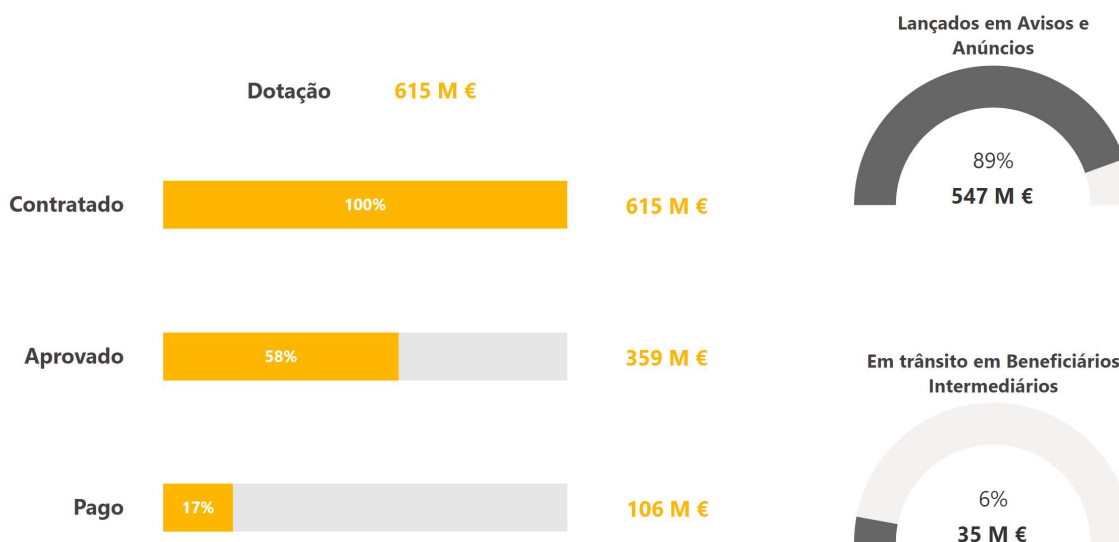
7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C08
Florestas

615 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2024
C08-r19	Transformação da paisagem dos territórios de floresta vulneráveis	Concretizada
C08-r20	Reorganização do sistema de cadastro da propriedade rústica e do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo	Concretizada
C08-r21	Prevenção e combate de fogos rurais	Concretizada

7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C08 Florestas

615 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C08-i01.01	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis – Subinvestimento Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP) e Condomínios de Aldeia Responsável: FUNDO AMBIENTAL	257M	7%	1%
C08-i01.02	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem Responsável: DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO	3M	100%	28%
C08-i01.03	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - Emparcelar para Ordenar Responsável: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS (IFAP, I.P.)	10M	0%	0%
C08-i02.01	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: SMOS e Sistema de conservação do cadastro e de acreditação de técnicos de cadastro predial do Sistema Nacional de Cadastro Predial Responsável: DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO	28M	100%	18%
C08-i02.02	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Inventário Florestal Nacional Responsável: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	3M	100%	0%
C08-i02.03	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial Responsável: SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA JUSTIÇA	45M	100%	28%
C08-i02.04	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial – Dimensão Local Região Norte Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE, I. P. (CCDR NORTE, I. P.)	5M	99%	0%
C08-i02.05	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial – Dimensão Local Região Centro Responsável: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (CCDR CENTRO)	5M		
C08-i03	Faixas de gestão de combustível - Rede Primária Responsável: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	120M	100%	14%
C08-i04.01	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios aéreos Responsável: ESTADO MAIOR DA FORÇA AEREA	70M	100%	53%
C08-i04.02	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios terrestres Responsável: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	16M	100%	85%
C08-i04.03	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais: Rede de radares Responsável: INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA, I.P.	3M	100%	100%
C08-i05.01	Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios Responsável: SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	40M	100%	37%
C08-i05.02	Programa MAIS Floresta: Reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OPF) e dos Centros de Competências no setor florestal Responsável: FUNDO AMBIENTAL	10M	65%	5%



Florestas



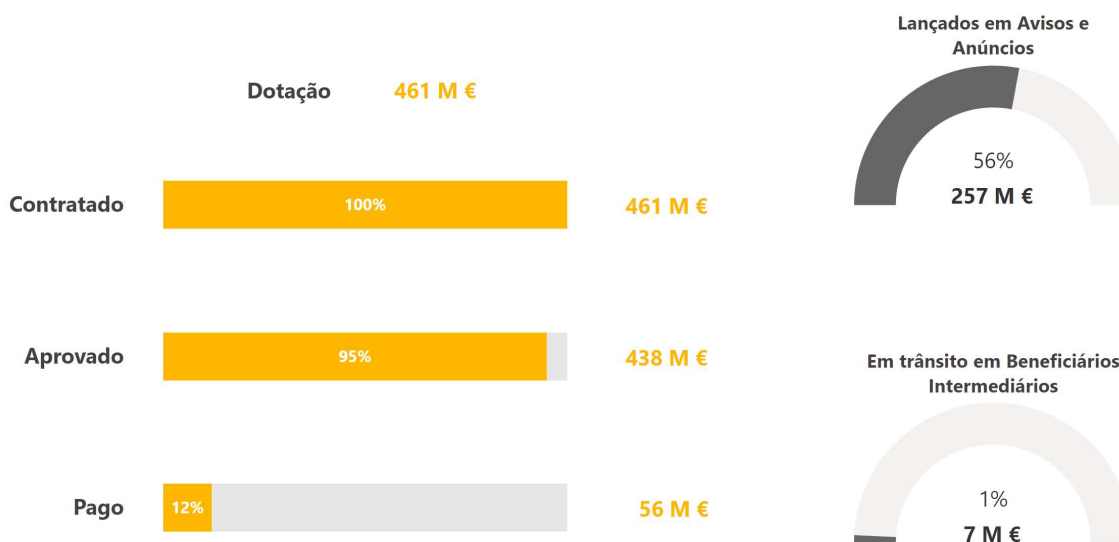
7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C09 Gestão Hídrica

461 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

Não existe reformas associadas a esta componente.

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C09-i01.01	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM1 – Reduzir perdas de água no setor urbano Responsável: CI - AMAL - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALGARVE	44M	86%	12%
C09-i01.02	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM2 – Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola Responsável: FUNDO AMBIENTAL	19M	73%	7%
C09-i01.03	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM3 – Reforçar a governança dos recursos hídricos Responsável: AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, I.P.	6M	100%	13%
C09-i01.04	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada, SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água e SM Responsável: ÁGUAS DO ALGARVE S.A.	169M	100%	10%
C09-i02	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato-Planeamento Responsável: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO ALENTEJO	0.0M	0%	0%
C09-i03-RAM	Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	82M	85%	18%
C09-i04	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato - fase de construção Responsável: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO ALENTEJO	141M	100%	12%


A dotação do investimento C09.i02 é de 0€ uma vez que esta verba foi transferida para o investimento C09.i04

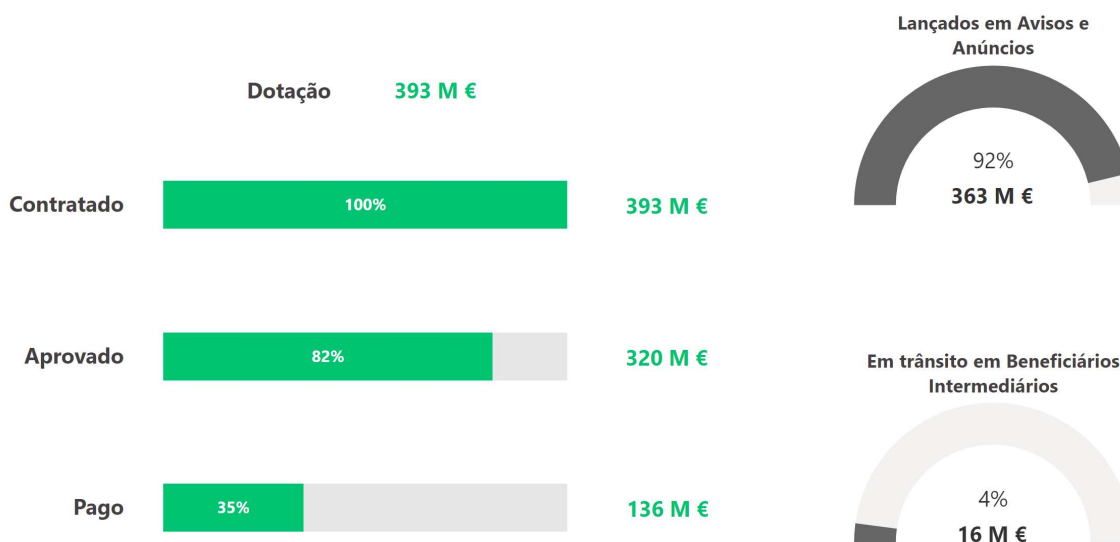


Gestão Hídrica



7. Síntese da Implementação por Componente

 COMPONENTE C10 Mar	393 M € Dotação orçamental
Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024	



Reformas

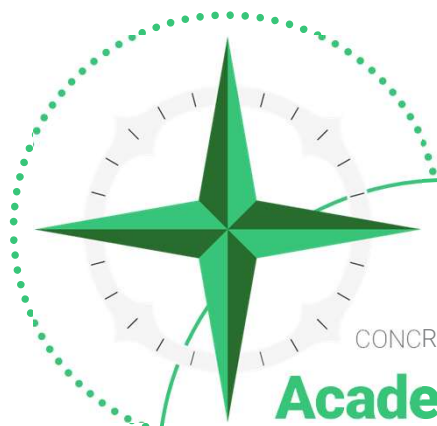
CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2024
C10-r23	Reforma do Ecossistema de Infraestruturas de Suporte à Economia Azul	● Concretizada

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C10-i01	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul Responsável: Fundo Azul	99M	97%	21%
C10-i02	Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas Responsável: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS (IFAP, I.P.)	21M	101%	32%
C10-i03.01	Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval - Pilar I - Plataforma Naval Multifuncional e Pilar II - Centro de Operações Responsável: MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL-MARINHA	148M	100%	61%
C10-i03.02	Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval - Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite (Academia 4.0) Responsável: ARSENAL DO ALFEITE, S.A.	2M	100%	71%
C10-i04-RAA	Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores" Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	48M	100%	37%
C10-i05-RAA	Transição energética, digitalização e redução do impacto ambiental no setor da Pesca e da Aquicultura Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	5M	100%	13%
C10-i06-RAM	Tecnologias Oceânicas Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	20M		
C10-i07	Green Shipping Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	50M		



Mar



CONCRETIZADA

Academia do Arsenal do Alfeite

finalizada e certificada



7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C11
Descarbonização da Indústria

737 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

Não existe reformas associadas a esta componente.

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C11-i01	Descarbonização da Indústria Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	737M	119%	25%



Descarbonização da Indústria

Assinados

640

Termos de Aceitação



Aprovados

639 milhões €

a empresas para projetos de descarbonização industrial



7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C12
Bioeconomia Sustentável

145 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2024
C12-r25	Bioeconomia sustentável	Concretizada
C12-r39	Promover a economia circular e uma gestão mais eficiente dos resíduos	Em fase de implementação

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C12-i01.01	Bioeconomia: Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem Responsável: FUNDO AMBIENTAL	140M	95%	17%
C12-i01.02	Bioeconomia - Gestão Florestal e Apoio à Resinagem Responsável: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P.	5M	88%	87%



Bioeconomia Sustentável

20

veículos ligeiros de combate a incêndios

30

tratores

REALIZADA

Gestão Florestal

Estudo do potencial da resinagem em áreas geridas pelo estado e áreas privadas



60

alfaias florestais

DESENVOLVIDO

Apoio à resinagem

ações de vigilância anuais no âmbito do Programa Resineiros Vigilantes

2021

82

ações de vigilância

2022

90

ações de vigilância

2024

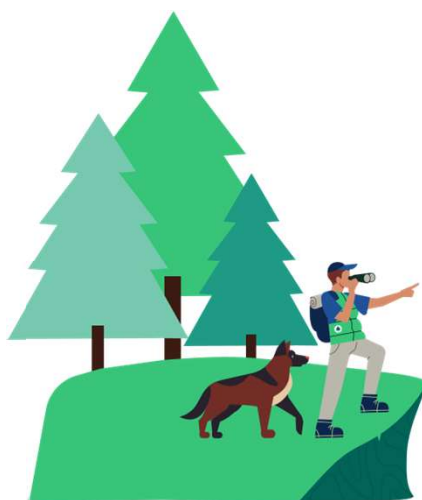
106

ações de vigilância

2023

110

ações de vigilância



7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C13
Eficiência Energética em Edifícios

610 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

Não existe reformas associadas a esta componente.

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C13-i01	Eficiência energética em edifícios residenciais Responsável: FUNDO AMBIENTAL	300M	46%	6%
C13-i02	Eficiência energética em edifícios da administração pública central Responsável: FUNDO AMBIENTAL	240M	80%	7%
C13-i03	Eficiência energética em edifícios de serviços Responsável: FUNDO AMBIENTAL	70M	31%	1%





Eficiência Energética em Edifícios

RENOVAÇÃO

Eficiência Energética

em edifícios residenciais privados

Foram renovados

10 094 006m²

para a eficiência energética de edifícios no setor residencial (famílias), através de:

5 148

caldeiras e recuperadores de calor a biomassa instalados

16 800

imóveis com janelas substituídas

18 433

bombas de calor adquiridas ou substituídas

26 219

imóveis dotados de sistemas fotovoltaicos

2 116

imóveis dotados com sistemas solares térmicos

CONTRIBUEM PARA

152 MW

de capacidade adicional de produção de energia renovável



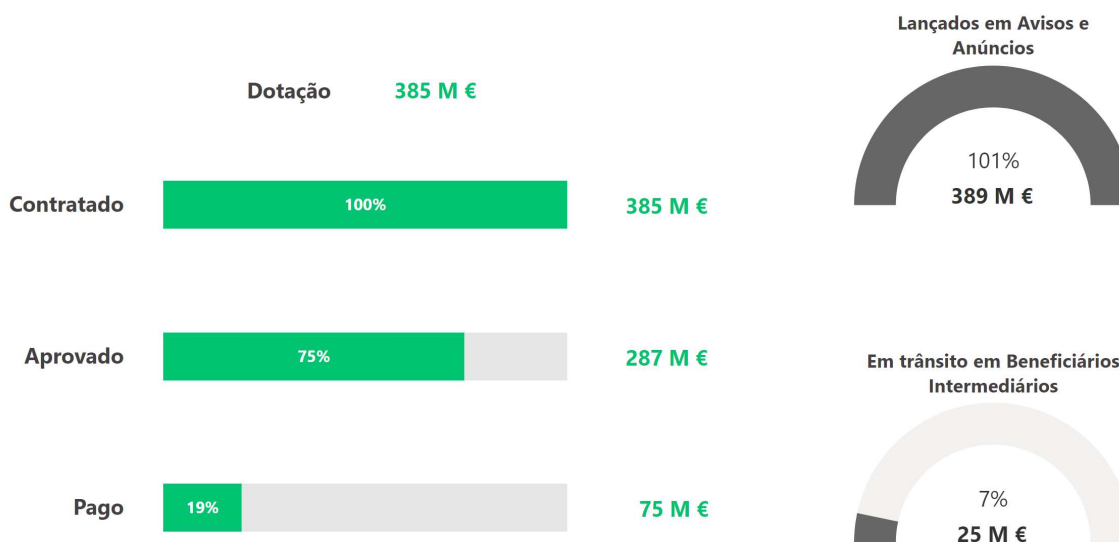
7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C14
Hidrogénio e Renováveis

385 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2024
C14-r29	Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2)	Concretizada

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C14-i01	Hidrogénio e gases renováveis Responsável: FUNDO AMBIENTAL	185M	55%	3%
C14-i02-RAM	Potenciação da eletricidade renovável no Arquipélago da Madeira Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	84M	82%	32%
C14-i03-RAA	Transição Energética nos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	116M	100%	37%

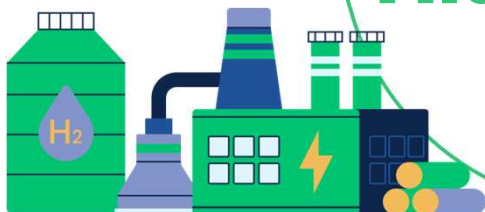


Hidrogénio e Renováveis

REMODELADA

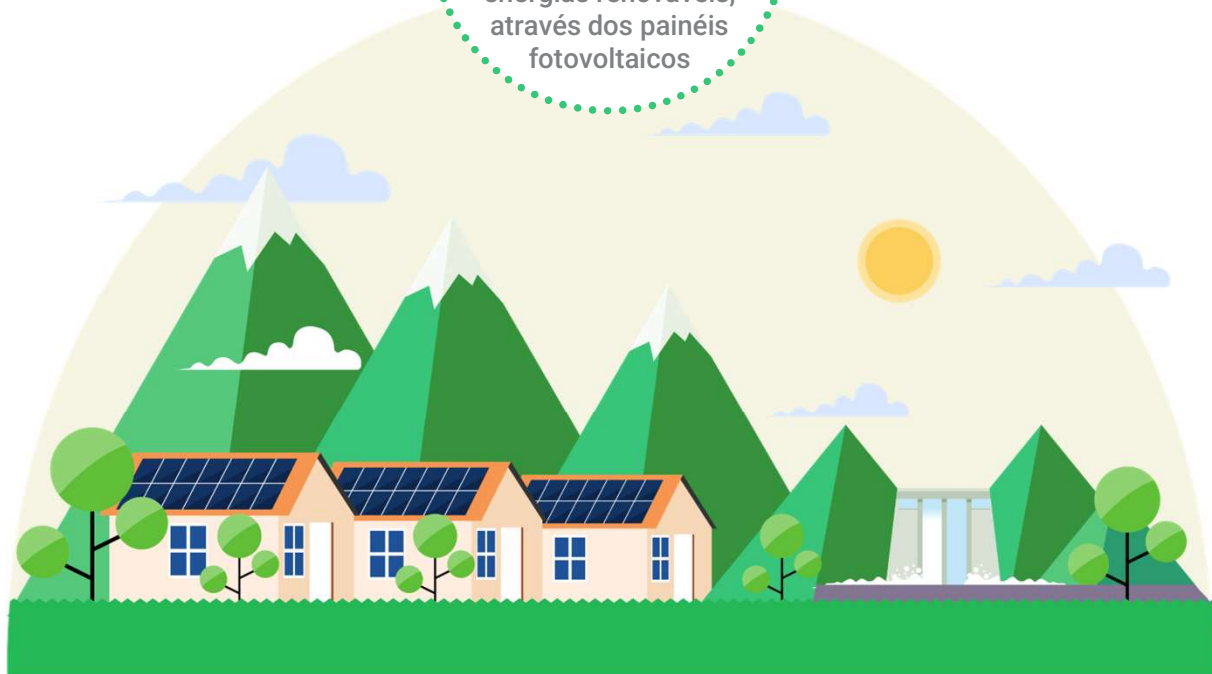
Central Hidrolétrica

da Serra de Água



4 MW

de capacidade adicional instalada de energias renováveis, através dos painéis fotovoltaicos



7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C15
Mobilidade Sustentável

1.262 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2024
C15-r30	Reforma do ecossistema de transportes	Em fase de implementação

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C15-i01	Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcântara Responsável: METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.	358M	100%	12%
C15-i02	Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música-Santo Ovídio Responsável: METRO DO PORTO S.A.	352M	100%	18%
C15-i03	Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures Responsável: METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.	390M	100%	8%
C15-i04	Linha BRT Boavista - Império Responsável: METRO DO PORTO S.A.	66M	100%	28%
C15-i05	Descarbonização dos Transportes Públicos Responsável: FUNDO AMBIENTAL	48M	100%	47%
C15-i06	Digitalização do Transporte Ferroviário Responsável: INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.	49M	100%	13%



Mobilidade Sustentável

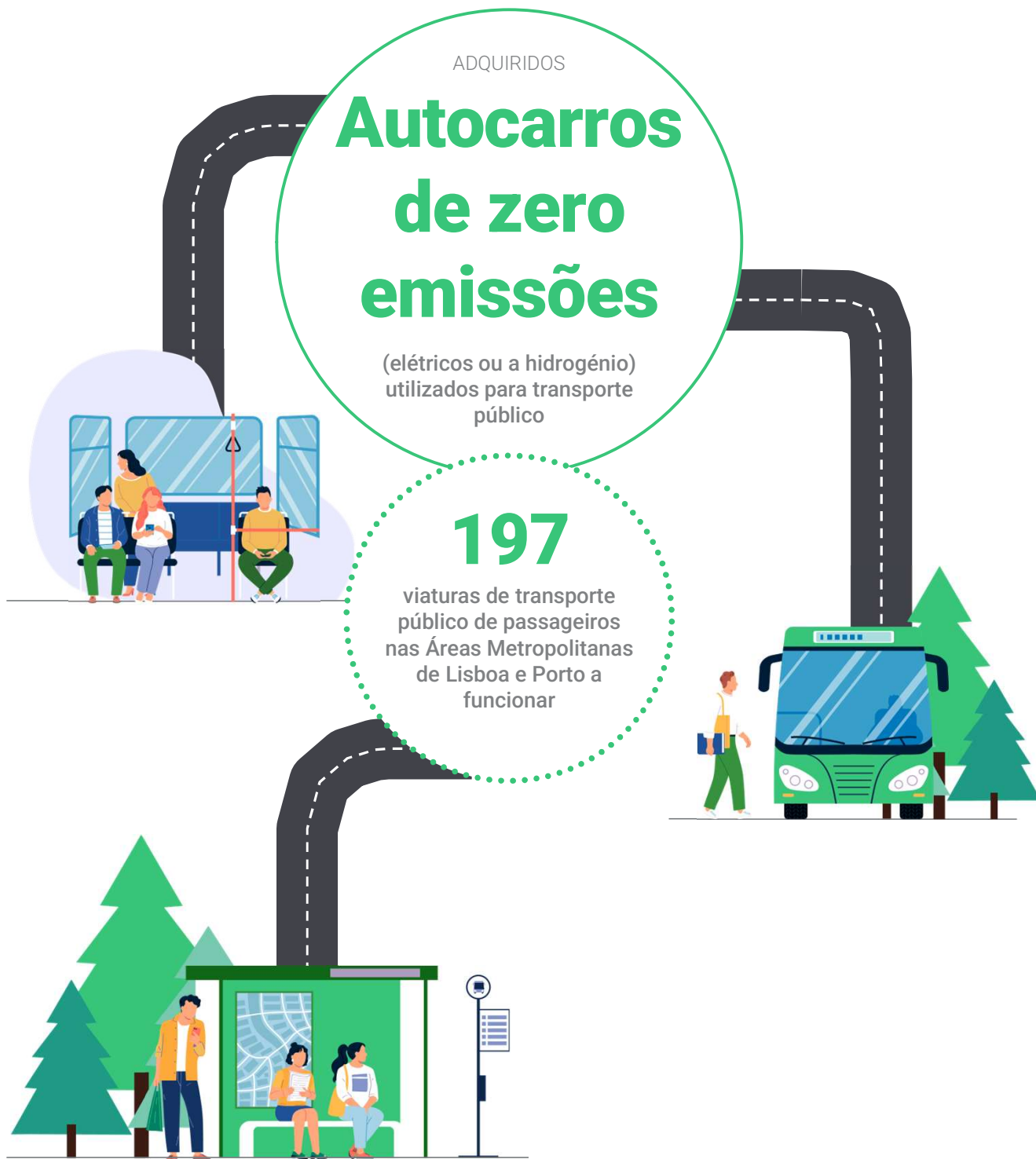
ADQUIRIDOS

Autocarros de zero emissões

(elétricos ou a hidrogénio) utilizados para transporte público

197

viaturas de transporte público de passageiros nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto a funcionar



7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C21
REPower EU

855 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2024
C21-r43	Observatório Nacional da Pobreza Energética	● Em fase de implementação
C21-r44	Criação de balcões únicos para os cidadãos em matéria de eficiência energética (Espaços Cidadão Energia)	● Em fase de implementação
C21-r45	Competências verdes	● Em fase de implementação
C21-r46	Quadro regulamentar para o hidrogénio renovável	● Em fase de implementação
C21-r47	Primeiro leilão para a compra de biometano sustentável e plano de ação para o biometano	● Em fase de implementação
C21-r48	Simplificação do quadro jurídico e regulamentar aplicável aos projetos de energias renováveis	● Em fase de implementação

7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C21 REPower EU

855 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C21-i01	Medida reforçada: Descarbonização da Indústria Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	100M	0%	0%
C21-i02	Medida reforçada: Eficiência energética em edifícios residenciais Responsável: FUNDO AMBIENTAL	120M	1%	0%
C21-i03	Medida reforçada: Eficiência energética em edifícios de serviços Responsável: FUNDO AMBIENTAL	80M	1%	0%
C21-i04-RAM	Eficiência energética em edifícios públicos da Madeira Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	14M		
C21-i05	Apoio ao desenvolvimento de uma indústria ecológica Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	50M		
C21-i06	Medida reforçada: Hidrogénio e Gases Renováveis Responsável: FUNDO AMBIENTAL	70M		
C21-i07.01	Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos geofísicos, geotécnicos e de parâmetros ambientais Responsável: INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA, I.P.	42M	100%	25%
C21-i07.02	Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos de recurso eólico, ondulação e correntes Responsável: LNEG - LABORATÓRIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA I.P.	8M	100%	50%
C21-i08	Flexibilidade da Rede e Armazenamento Responsável: FUNDO AMBIENTAL	100M		
C21-i09	One-Stop-Shop para o Licenciamento e Acompanhamento de Projetos de Energias Renováveis Responsável: DIREÇÃO-GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA	10M	100%	13%
C21-i10-RAA	Sistema de Incentivos à aquisição e instalação de sistemas de armazenamento de energias renováveis nos Açores Responsável: DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	6M	100%	13%
C21-i11.01-RAM	Sistema de Incentivos à produção e Armazenamento de Energia Proveniente de Fontes Renováveis Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	6M		
C21-i11.02-RAM	Reforço da produção de eletricidade renovável na Ilha do Porto Santo Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	13M		
C21-i12	Medida reforçada: Descarbonização dos Transportes Públicos Responsável: FUNDO AMBIENTAL	90M		
C21-i13-RAM	Descarbonização dos Transportes Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	12M		
C21-i14	Sistema de BRT Braga Responsável: TUB - TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M.	100M	100%	13%
C21-i15-RAA	Aquisição de 2 ferries elétricos Responsável: DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	25M		
C21-i16	Funicular da Nazaré Responsável: MUNICÍPIO DA NAZARE	10M	100%	0%



REPowerEU

Aprovados

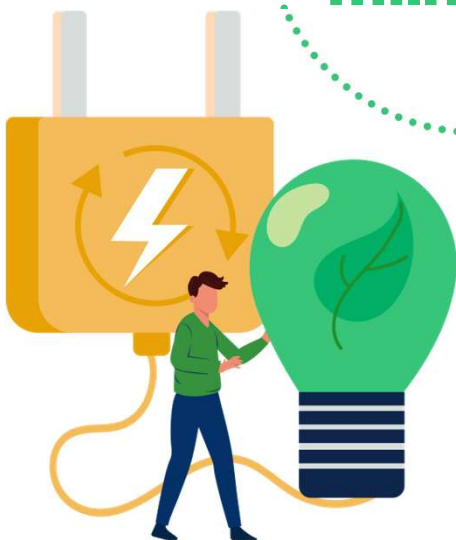
7 projetos

Para apoio ao desenvolvimento de uma Indústria Ecológica



Num montante

17,5 milhões €



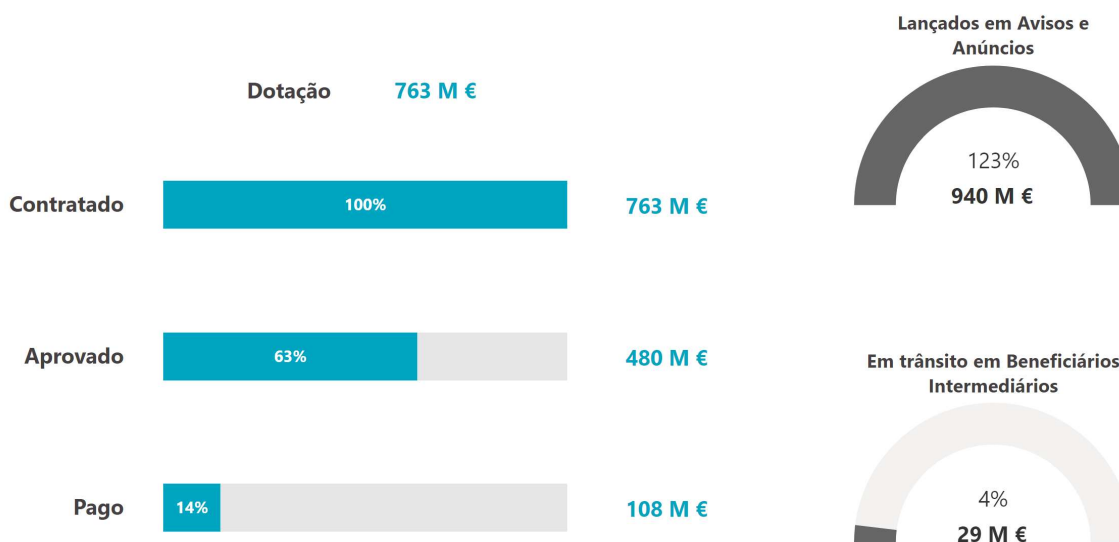
7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C16
Empresas 4.0

763 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2024
C16-r31	Transição digital do ambiente empresarial	Concretizada

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C16-i01	Capacitação Digital das Empresas Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	100M	100%	27%
C16-i02	Transição Digital das Empresas Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	475M	43%	9%
C16-i03	Catalisação da Transição Digital das Empresas Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	100M	71%	16%
C16-i04	Indústria 4.0 Responsável: IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	60M	101%	22%
C16-i05-RAA	Capacitação e Transformação Digital das Empresas dos Açores Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	22M	100%	40%
C16-i06-RAM	Empresas 4.0 Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	6M	-	-



Empresas 4.0

Aprovados

400
projetos

Indústria 4.0

19 867
empresas

com trabalhadores envolvidos em
ações de formação em competências
digitais

195 952
pessoas

envolvidas em ações de
formação em competências
digitais



7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C17
Qualidade e Sustentab. das Finanças Públicas

406 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2024
C17-r32	Modernização e simplificação da gestão financeira pública	Em fase avançada de implementação
C17-r40	Simplificação do sistema fiscal	Em fase de implementação

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C17-i01.01	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública Responsável: ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P.	161M	100%	17%
C17-i01.02	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública/ SIGPIP Responsável: ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P.	2M	100%	0%
C17-i02	Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária Responsável: AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	43M	100%	23%
C17-i03.01	Transição digital da Segurança Social (ISS) Responsável: INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.	19M	100%	40%
C17-i03.02	Transição digital da Segurança Social (II) Responsável: INSTITUTO DE INFORMÁTICA, I.P.	182M	100%	37%



Qualidade e Sustentabilidade Finanças Públicas



Conclusão

Implementados

**2 pré-
preenchimentos**

Da declaração de IMI e
Imposto de Selo

**Implementação
da Entidade
Contabilística
do Estado**

Criada

a U-TAX

Unidade Técnica de Avaliação
de Políticas Tributárias e
Aduaneiras



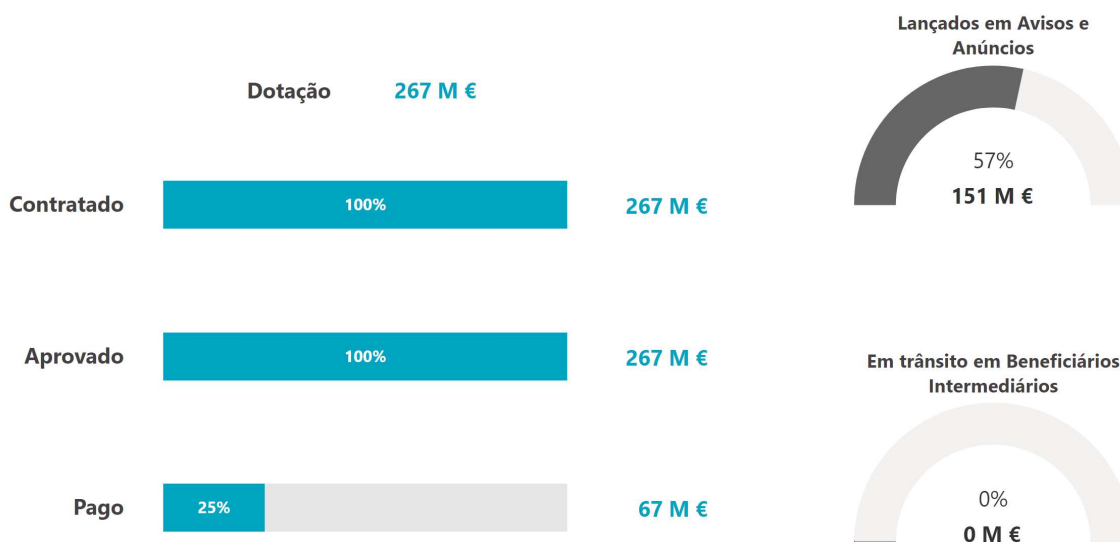
7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C18
Justiça Económica e Ambiente de Negócios

267 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2024
C18-r33	Justiça económica e ambiente empresarial	Em fase avançada de implementação

7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C18 Justiça Económica e Ambiente de Negócios

267 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C18-i01.01	TD C18-i01.01: Justiça económica e ambiente de negócios/IGFEJ Responsável: INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E EQUIPAMENTOS DA JUSTIÇA, I.P.	139M	100%	23%
C18-i01.02	TD C18-i01.02: Justiça económica e ambiente de negócios/IRN Responsável: INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, I.P.	43M	100%	24%
C18-i01.03	TD C18-i01.03: Justiça económica e ambiente de negócios/DGPI Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA	24M	100%	19%
C18-i01.04	TD C18-i01.04: Justiça económica e ambiente de negócios/DGAJ Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	16M	100%	17%
C18-i01.05	TD C18-i01.05: Justiça económica e ambiente de negócios/PJ Responsável: POLICIA JUDICIARIA	19M	100%	33%
C18-i01.06	TD C18-i01.06: Justiça económica e ambiente de negócios/SGMJ Responsável: SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA JUSTIÇA	9M	100%	24%
C18-i01.07	TD C18-i01.07: Justiça económica e ambiente de negócios/INMLCF Responsável: INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL E CIÊNCIAS FORENSES, I.P.	8M	100%	49%
C18-i01.08	TD C18-i01.08: Justiça económica e ambiente de negócios/INPI Responsável: INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	2M	100%	5%
C18-i01.09	TD C18-i01.09: Justiça económica e ambiente de negócios/CAAJ Responsável: COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA	1M	100%	90%
C18-i01.10	TD C18-i01.10: Justiça económica e ambiente de negócios/PGR Responsável: PROCURADORIA GERAL DA REPUBLICA	3M	100%	23%
C18-i01.11	TD C18-i01.11: Justiça económica e ambiente de negócios/CSM Responsável: CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA	2M	100%	23%
C18-i01.12	TD C18-i01.12: Justiça económica e ambiente de negócios/CSTAF Responsável: CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS	0.3M	100%	13%
C18-i01.13	Justiça Económica e Ambiente de Negócios / MENAC Responsável: MECANISMO NACIONAL ANTICORRUPÇÃO (MENAC)	1.0M	100%	0%



Justiça Económica e Ambiente de Negócios



IMPLEMENTAÇÃO

Plataforma de software

que implementa o 'sistema informático modernizado para a investigação criminal', que inclui, na 'implementação de interfaces' de pesquisa que lhe fazem parte, as 'interoperabilidades com congéneres europeias e internacionais, respetivamente da Europol e da Interpol' em funcionamento.

EM VIGOR

Regime jurídico

para incentivar os acordos judiciais e extrajudiciais, com o

Decreto-Lei n.º 30/2023



INSTALAÇÃO

10 subsecções especializadas

dos tribunais centrais administrativos aprovada pela

Portaria 281-A/2023

PLATAFORMA

Empresa 2.0

em funcionamento



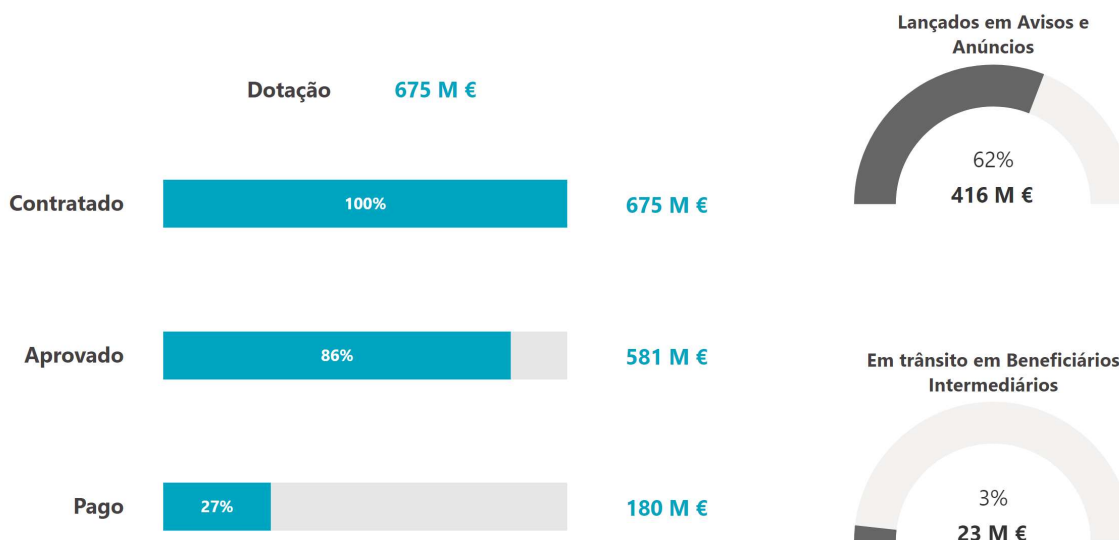
7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C19
Administração Pública mais Eficiente

675 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2024
C19-r34	Serviços públicos digitais, simples, inclusivos e seguros para os cidadãos e para as empresas	● Concretizada
C19-r35	Reforma funcional e orgânica da administração pública	◐ Em fase de implementação
C19-r36	Administração pública capacitada para a criação de valor público	● Concretizada
C19-r41	Acesso aos serviços públicos: harmonizar e consolidar o acesso presencial e em linha	◐ Em fase de implementação
C19-r42	Novo sistema de avaliação para capacitar e rejuvenescer o pessoal da administração pública	◐ Em fase de implementação

7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C19 Administração Pública mais Eficiente

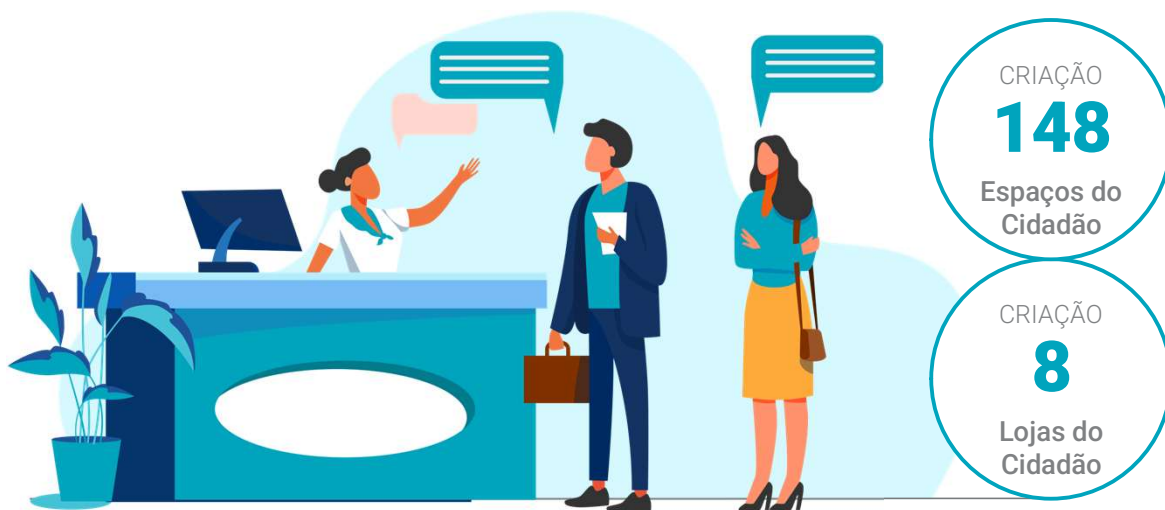
675 M €
Dotação orçamental

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C19-i01.01	Reformulação do atendimento dos serviços público e consulares Responsável: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	165M	82%	29%
C19-i01.02	Reformulação do atendimento dos serviços público e consulares/SGMNE Responsável: SECRETARIA GERAL DO MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS	51M	100%	42%
C19-i02.01	Serviços Eletrónicos sustentáveis, baseados na interoperabilidade e utilização dos dados para um aumento de transparência e eficiência Responsável: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	65M	95%	33%
C19-i02.02	Serviços Eletrónicos sustentáveis/INE Responsável: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA	5M	100%	29%
C19-i03	Reforço do quadro geral de cibersegurança Responsável: GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA (GNS)	52M	100%	14%
C19-i04.01	Transição Digital na Rede Informática do Governo (RING)/CEGER Responsável: CENTRO DE GESTÃO DA REDE INFORMÁTICA DO GOVERNO - CEGER	13M	100%	52%
C19-i04.02	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas/SGMAI Responsável: SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	62M	100%	48%
C19-i04.03	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas Responsável: AGÊNCIA PARA A INTEGRAÇÃO, MIGRAÇÕES E ASILO, I.P.	4M	100%	26%
C19-i04.04	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas Responsável: SECRETARIA GERAL DA PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS	4M	100%	13%
C19-i05.01-RAM	Transição Digital da Administração Pública da RAM- DRI Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	77M	100%	14%
C19-i05.02-RAM	Transição Digital da Administração Pública da RAM-DRAPMA Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	4M	100%	14%
C19-i06-RAA	Modernização e digitalização da Administração Pública- RAA Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	31M	100%	34%
C19-i07.01	Capacitação da Administração Pública - INA Responsável: INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, I.P. (INA, I.P.)	30M	108%	21%
C19-i07.02	C19 – i07.02 – Capacitação da Administração Pública – Entidade responsável pela implementação da reforma TD-r35 Responsável: SECRETARIA GERAL DA PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS	2M	100%	13%
C19-i07.03	Capacitação da Administração Pública - Formação Lojas do Cidadão/ Espaços Cidadão Responsável: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	1M	100%	36%
C19-i07.04	Capacitação da Administração Pública - PlanAPP Responsável: CENTRO DE COMPETÊNCIAS DE PLANEAMENTO, DE POLÍTICAS E DE PROSPETIVA DA ADMINISTRAÇÃO (PLANAPP)	12M	100%	20%
C19-i07.05	TD C19-i07.05 - Capacitação da Administração Pública - Programa de Estágios e Promoção do Teletrabalho Responsável: DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO	38M	92%	27%
C19-i08	Territórios Inteligentes - AMA Responsável: AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.	60M		



Administração Pública Mais Eficiente



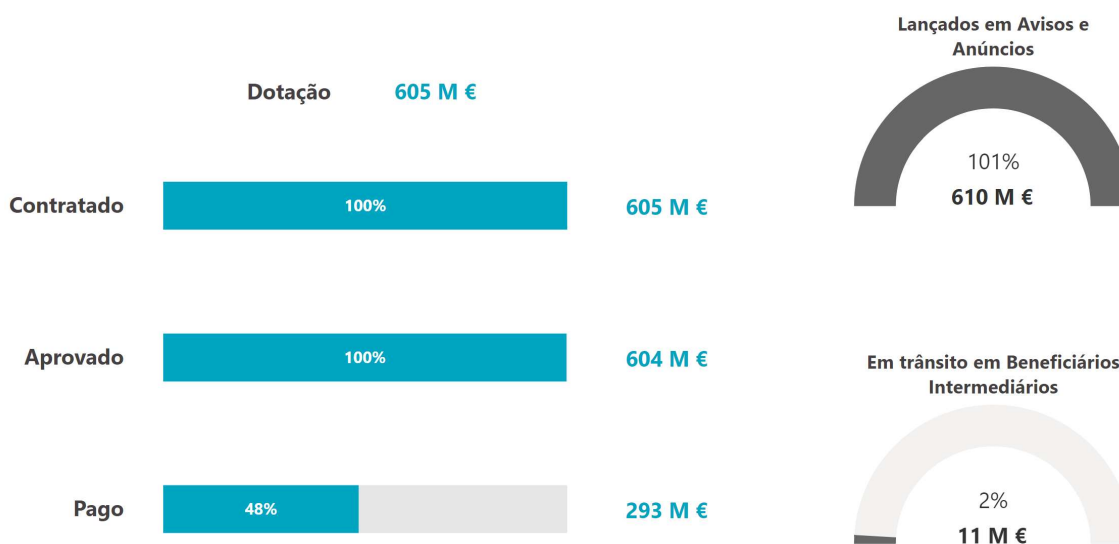
7. Síntese da Implementação por Componente



COMPONENTE C20
Escola Digital

605 M €
Dotação orçamental

Síntese da Implementação Financeira da Componente a 30.06.2024



Reformas

CÓDIGO	REFORMA	ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO A 30.06.2024
C20-r37	Reforma para a educação digital	Em fase de implementação

Investimentos

CÓDIGO	SUBINVESTIMENTO	DOTAÇÃO	APROVADO A 30.06.2024	PAGO A 30.06.2024
C20-i01.01	Transição digital na Educação Responsável: SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	312M	100%	13%
C20-i01.02	Transição digital na Educação Responsável: SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA	228M	100%	100%
C20-i02-RAA	Educação digital (Açores) Responsável: DIRECÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO E FUNDOS ESTRUTURAIS	43M	100%	4%
C20-i03-RAM	Programa de aceleração da digitalização da Educação na RAM Responsável: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL IP-RAM	22M	95%	29%



Escola Digital



RECUPERAR
PORTUGAL

Anexos

ANEXOS

ANEXO I

Listagem de Projetos Aprovados a Beneficiários Diretos

ANEXO I - Listagem de Projetos Aprovados a Beneficiários Diretos

A listagem dos projetos aprovados a 30 de junho de 2024 consta de documento autónomo.

ANEXOS

ANEXO II

Listagem de Projetos Aprovados a Beneficiários Finais

ANEXO II - Listagem de Projetos Aprovados a Beneficiários Finais

A listagem dos projetos aprovados a 30 de junho de 2024 consta de documento autónomo.

RECUPERAR PORTUGAL

